



Anais da Assembléia

N° 104

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 22 DE NOVEMBRO DE 1989

ANO XV

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 88.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 22 DE NOVEMBRO DE 1989
QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Werner Wanderer e Pirajá Ferreira.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, Orlando Pessuti, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acir Mezzadri, Amélia Hruschka, Antônio Annibelli, Antônio Costenaro Netto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Haroldo Rodrigues Ferreira, Homero Oguido, João Arruda, José Alves, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Lindolfo Júnior, Luciano Pizzatto, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Namiir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Rafael Greca, Raul Lopes, Renato Adur, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert. (43). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: José Afonso Júnior, Tadeu Lúcio Machado, Antônio Bárbara, Gernote Kirinus, Hermas Brandão, Irondi Pugliesi, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri e Quielse Crisóstomo (11).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2° SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa defere e fará a verificação de votação.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Sr. Presidente, requeiro chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa defere e solicita do Sr. 1° Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal)

Responderam à chamada, 27 Srs. Deputados.

Há quórum para prosseguimento da sessão e a Ata está em votação. - **Aprovada.**

O SR. LINDOLFO JÚNIOR (Pela Ordem) - Sr. Presidente, apenas para registrar a presença do líder do PTB na Assembléia Legislativa, José Alves e também do Deputado Djalma de Almeida César, que acabaram de chegar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai proceder à verificação de votação. Os Srs. Deputados que ocupem os seus lugares.

Os Srs. Deputados aprovam a Ata que acaba de ser lida, queiram levantar-se.

23 Srs. Deputados aprovam a Ata. - **Aprovada.**

Solicito ao Sr. 1° Secretário que proceda à leitura do expediente.

Mensagens:

MENSAGEM N° 85/89

Curitiba, 20.11.89.

Senhor Presidente,
Senhores Deputados.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa o substitutivo ao anteprojeto de lei referente ao Orçamento-Programa e Atualização do Orçamento Plurianual de Investimentos - OPI, para o exercício de 1990, composto pelos seguintes documentos:

1° Texto de anteprojeto de lei adequado às novas proposições;

2° Anexo V referente aos Orçamentos Próprios das Autarquias, Empresas Públicas, Fundações instituídas pelo Estado e Órgãos de Regime Especial;

3° Anexo VI apresentando o Orçamento de Investimento das Sociedades de Economia Mista, que também detalha a Programação Orçamentária Global de tais instituições.

Cabe destacar que o anteprojeto de lei orçamentária foi encaminhado a essa egrégia Casa de Leis dentro do prazo constitucional, e de acordo com as normas legais vigentes à época de sua elaboração, época essa em que se encontrava instalada a Assembléia Constituinte responsável pela elaboração da nova Constituição do Estado.

do Paraná, promulgada em 05 de outubro de 1989.

Valho-me da oportunidade para reiterar a Vossas Excelências as expressões da minha mais alta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado

AO ANTEPROJETO DE LEI N° 257/89
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1° - O Orçamento Geral do Estado para o exercício de 1990, discriminado nos anexos integrantes desta Lei estima a receita em NCz\$ 29.682.168.209,00 (vinte e nove bilhões, seiscentos e oitenta e dois milhões, cento e sessenta e oito mil, duzentos e nove cruzados novos) e fixa a despesa em igual importância.

Art. 2° - A receita será realizada mediante a arrecadação de tributos e outras receitas, correntes e de capital, na forma da legislação vigente e nas especificações constantes do anexo I, de acordo com o seguinte desdobramento:

Em NCz\$ 1,00

1. RECEITAS DE RECOLHIMENTO CENTRALIZADO	24.612.484,614
1.1 RECEITAS CORRENTES	19.203.982.560
Receita Tributária	16.359.861.960
Receita Patrimonial	481.752.090
Receita Agropecuária	266.910
Receita Industrial	706.800
Receita de Serviços	223.000
Transferências Correntes	1.882.306.800
Outras Receitas Correntes	478.865.000
1.2 RECEITAS DE CAPITAL	5.408.502.054
Operações de Crédito	5.227.853.454
Alienação de Bens	28.600
Amortização de Empréstimos	22.520.000
Transferências de Capital	158.100.000
2 - RECEITAS DE RECOLHIMENTO DESCENTRALIZADO (Exclusive Transferências do Tesouro)	5.069.683.595
2.1 - RECEITAS CORRENTES	3.050.086.859
2.2 - RECEITAS DE CAPITAL	2.019.596.736
3 - TOTAL DA RECEITA	NCz\$ 29.682.168.209

Art. 3° - A despesa será realizada segundo as discriminações constantes dos demonstrativos que integram esta Lei e dos anexos II, III, e V que acompanham, os

Curitiba, quarta, em 22.11.89

quais apresentam o detalhamento de trabalho dos diversos órgãos e unidades da administração estadual.

Art. 4° - O Poder Executivo fica autorizado a tomar as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da receita, nos termos do Título VI, Capítulo I, da Lei Federal n° 4.320, de 17 de março de 1964, e a realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da lei.

Art. 5° - Os Orçamentos Próprios das Autarquias, Empresas Públicas, Fundações instituídas pelo Estado e Órgãos de Regime Especial estão detalhados no Anexo V.

§ 1° - A receita destas entidades será constituída pelas rendas próprias, transferências e outras receitas, correntes e de capital, e a despesa será classificada de acordo com a discriminação adotada para o Orçamento Geral do Estado.

§ 2° - Acatadas as disposições dos artigos 40 a 46 da Lei Federal n° 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares até o limite de 30% (trinta por cento) nos orçamentos próprios das entidades referidas no "caput" deste artigo, sobre as dotações orçamentárias iniciais cobertas com receita de recolhimento descentralizado.

§ 3° - Os orçamentos próprios de que trata este artigo, acatadas as disposições do artigo 43, parágrafo 1° da Lei Federal n° 4.320, de 17 de março de 1964, poderão ser ajustados, nas seguintes condições:

I - Por Resolução do Secretário do Planejamento e Coordenação Geral, quando o ajustamento não implica em alterações nos totais de despesas correntes e de capital fixadas no orçamento da Entidade, e quando não acarretar aumento, ou redução, no total de despesas à conta de recursos do Tesouro Estadual.

II - Por decreto do Governador nos demais casos.

§ 4° - Os ajustes decorrentes de transposição de parcelas das dotações que integram o orçamento próprio das Entidades da Administração Indireta, bem como a suplementação com recursos do "Superávit Financeiro", apurado em Balanço Patrimonial, não serão computados para efeitos do limite fixado no parágrafo 2° deste artigo.

§ 5° Os acréscimos e reduções de recursos oriundos das receitas de recolhimento centralizado, nos orçamentos próprios das entidades da Administração Indireta, serão regidos nos termos do artigo 9° e seu parágrafo, desta lei.

Art. 6° - O Balanço Geral do Estado deverá atender às exigências da Lei Federal n° 4.320, de 17 de março de 1964, e

demais normas federais atinentes à matéria e a execução orçamentária obedecerá às disposições da Lei Estadual n° 8.485 de 03 de junho de 1987.

Parágrafo único - Acatada a legislação vigente, o Poder Executivo baixará normas complementares pertinentes à execução do orçamento aprovado nos termos desta Lei.

Art. 7° - As dotações de reparos, adaptações, substituições, recuperações e conservação de bens imóveis; obras e instalações de edificações; material de consumo; equipamentos e material permanente; aquisição de terminais telefônicos e processamento de dados, relativas aos órgãos da administração direta do Poder Executivo, centralizadas no orçamento da Secretaria de Estado da Administração com base nos artigos 63 a 65 da lei n° 8.485, de 3 de junho de 1987, deverão ser individualizadas por projeto e atividade nos Quadros de Detalhamento da Despesa.

Parágrafo Único - A Secretaria de Estado da Administração e suas entidades vinculadas - Departamento Estadual de Administração de Material - DEAM e Departamento Estadual de Construção, de Obras e Manutenção - DECOM apresentarão relatórios mensais sobre as despesas por elas executadas em cada projeto/atividade, nos diversos elementos de despesa, por unidades orçamentárias, ficando o Poder Executivo autorizado a proceder à centralização, parcial ou total, dos recursos oriundos do Tesouro do Estado, das seguintes dotações da administração indireta, exceto as sociedades de economia mista, e sem prejuízo do disposto no Decreto n° 840/87, para o orçamento da Secretaria de Estado da Administração:

- Reparos, adaptações, substituições, recuperações e conservação de bens imóveis, utilizados pela Administração Pública Estadual;

- Obras e instalações de edificações destinadas à Administração Pública, exceto aquisição de imóveis.

Art. 8° - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder à centralização, parcial ou total, das dotações de divulgação e propaganda, subvenções sociais e transferências a municípios, relativas aos órgãos da Administração Direta, em favor dos orçamentos da Secretaria de Estado da Comunicação Social e da Casa Civil, respectivamente.

Art. 9° - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares até o limite de 30% (trinta por cento) das dotações orçamentárias iniciais cobertas com a receita de recolhimento centralizado, servindo como recursos para tais suplementações quaisquer das formas definidas no parágrafo 1°, do artigo 43, da Lei Federal n. 4320, de 17 de março de 1964.

Parágrafo único - Fica autorizada, e não será computada para efeito do limite fixado no "caput" deste artigo, a abertura de créditos suplementares com a indicação de recursos resultantes de:

I - superávit financeiro do Tesouro Estadual;

II - excesso de arrecadação de receitas do Tesouro Estadual, nos casos em que a lei determina a sua vinculação a órgãos, unidades, programas e fundos.

III - anulação de dotações para implementar o disposto no artigo 8°, desta lei, bem como eventuais descentralizações de dotações relativas ao artigo 7°;

IV - ajustamento de dotações em um mesmo órgão, desde que não se altere o montante das categorias econômicas;

V - ajustamento de recursos alocados em programas integrados, desenvolvidos pelos diversos órgãos do Estado.

VI - operações de crédito, legalmente autorizadas, destinadas ao refinanciamento da dívida interna do Tesouro Estadual, contratada junto ao Banco do Brasil, de acordo com o aviso MF - 030 e MF - 09.

Art. 10 - A fim de manter atualizado os custos orçamentários de projetos e atividades, fica o Poder Executivo autorizado a proceder, por decreto do Governador, a compensação, conversão, substituição ou criação de fontes de recursos ordinários, vinculados ou próprios, para custear os programas de trabalho da Administração Direta e Indireta do Estado.

Art. 11 - Em conformidade com os parágrafos 1°, 2° e 3° do artigo 3° da lei no 8.904 de 05 de dezembro de 1988, os valores consignados para despesas correntes e de capital no Orçamento Plurianual de Investimentos do exercício de 1990, ficam atualizados pelos demonstrativos que integram o Anexo IV, da presente lei.

Parágrafo Único - Os recursos para o financiamento das despesas correntes e de capital em 1990, inclusive os de arrecadação direta pelas Sociedades de Economia Mista, totalizam NCz\$ 58.333.348,258 (cinquenta e oito bilhões, trezentos e trinta e três milhões, trezentos e quarenta e oito mil, duzentos e cinquenta e oito cruzados novos) com a seguinte composição,

Em NCz\$ 1,00

1. Recursos do Tesouro	24.612.484,614
Recursos Ordinários	21.778.673,388
Recursos Vinculados	2.833.811,226
2. Recursos de Outras	
Fontes	33.720.863,644
Autarquias, Fundações	
Empresas Públicas e	
Órgãos de Regime	
Especial	5.069.683,595
Sociedade de Economia	

Mista	28.651.180,049
3. TOTAL	58.333.348,258

Art. 12 - O Orçamento de Investimento das Sociedades de Economia Mista é apresentado no Anexo VI que detalha a Programação Orçamentária Global de tais Instituições.

Art. 13 - Esta lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 1990, revogadas as disposições em contrário.

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 86/89

Curitiba, 22 de novembro de 1989.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva alterar os dispositivos que especifica, da lei n. 8.925, de 28 de dezembro de 1988, que dispõe sobre o tratamento tributário pertinente ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).

A adiante transcrita justificativa constante de expediente a mim dirigido pelo Senhor Secretário de Estado da Fazenda, contém, de forma detalhada, esclarecimentos quanto à necessidade e oportunidade da medida ora submetida ao exame dessa augusta Assembléia Legislativa.

O presente anteprojeto de lei introduz alterações na lei n. 8.925, de 28 de dezembro de 1988, que dispõe sobre o tratamento tributário pertinente ao Imposto sobre a propriedade de Veículos Automotores (IPVA).

Tais alterações dizem respeito a ajustes que se fazem necessários na referida lei para a cobrança do tributo no exercício de 1990, a saber:

As alterações no artigo 12, e nos §§ 4 e 5 do artigo 3º têm por objetivo, tão somente, adequá-los à denominação da nova moeda e ao novo indexador, a saber a BTN (Bônus do Tesouro Nacional).

As modificações nos artigos 17 e 18 e no § 2º do artigo 6º, dizem respeito à restituição do indébito corrigido monetariamente e em tais casos autoriza o Estado a debitar ao Município 50% (cinquenta por cento) do valor restituído ao contribuinte já que participara este, em igual percentual, na arrecadação do tributo.

A seu turno o § 2º do artigo 16 veda a possibilidade de licenciamento e de transferência de veículos sem provas de regularidade do IPVA, e nas transferências para outro Estado prevê a necessidade de o contribuinte liquidar o tributo devido ao Paraná para que o DETRAN processe a referida transferência.

A alteração no inciso II do art. 8º vincula o vencimento do imposto ao calen-

dário de licenciamento adotado pelo DETRAN, e os incisos III e VIII, do art. 14, alteram a isenção dos veículos nacionais para 10 quando era 15 anos, e os estrangeiros, para 20 quando era 25 anos, além de isentar-se os veículos de propriedade de entidades assistenciais sem fins lucrativos.

Finalmente o art. 2º, introduz o capítulo das penalidades na lei básica, transcrevendo, tão somente, o que atualmente existe e é aplicado em termos de penalidade. O que se pretende, portanto, é uma consolidação na lei básica, seja a de n. 8925 de 29.12.88, com a incorporação a esta do disposto pelo art. 10 da Lei n. 8216 de 31.12.85, com a redação que lhe foi dada pela Lei n. 8668 de 21.12.87*.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ALVARO DIAS
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI N° 346/89

Art. 1º - Os artigos 12, 17 e 18; os parágrafos 4º e 5º, do artigo 3º, 2º do artigo 16, bem como os incisos I do artigo 4º, II do artigo 8º, III e VIII do artigo 14 da Lei n. 8.925, de 28 de dezembro de 1988, passam a vigor com as seguintes redações:

"Art. 12 - O crédito tributário, inclusive o decorrente de multas, quando não pago no prazo regulamentar, será corrigido monetariamente com base na variação percentual do Bônus do Tesouro Nacional Fiscal (BTNF) ocorrida entre o dia do vencimento do imposto e o dia em que se efetivar o pagamento.

Parágrafo Único. No caso de extinção do BTNF adotar-se-á o critério utilizado pela União para atualização dos seus tributos.

Art. 17 - Os prazos e a forma do depósito e os critérios de distribuições da quota municipal do IPVA, serão estabelecidos pelo Poder Executivo, observadas as normas específicas constantes da legislação federal relativa à matéria. A Secretaria de Estado da Fazenda transferirá aos municípios 50% (cinquenta por cento) do produto da arrecadação do IPVA relativo aos veículos automotores licenciados em seus territórios, debitando-lhes em igual percentual as importâncias correspondentes às devoluções do indébito.

Art. 18 - Fica o Poder Executivo autorizado a cancelar créditos tributários cujo montante atualizado seja igual ou inferior a 03 (três) BTN.

Art. 3º -

§ 4º - O valor a que se refere o "caput" deste artigo, na hipótese do inciso IV do parágrafo 1º do artigo 2º, será o constante da tabela anexa, expresso em cruzados novos e convertido em Bônus do Tesouro Nacional (BTN), do mês de novembro do exercício anterior ao fato gerador, uniforme em todo o território paranaense para aplicação do valor deste bônus vigente no mês do vencimento do imposto.

§ 5º - O valor da base de cálculo previsto nos parágrafos 1º e 2º deste artigo será convertido em Bônus do Tesouro Nacional, tomando-se por referência o valor deste bônus no mês da ocorrência do fato gerador, aplicando-se a variação percentual ocorrida até o mês do vencimento do imposto.

Art. 6º -

§ 2º - No caso de haver recolhimento indevido do IPVA, a restituição do indébito deverá ser feita a requerimento do contribuinte, à autoridade fazendária, que procederá à devolução devidamente corrigida pela BTNF do dia do deferimento do pedido.

Art. 16 -

§ 2º - O Departamento Estadual de Trânsito DETRAN, não concederá licenciamento de veículo sem prova de regularidade do IPVA a ele relativo, ou transferência de propriedade ou para outro Estado, sem esta prova, bem como da de quitação integral do imposto devido no exercício.

Art. 4º -

I - 1% (um por cento) para ônibus, caminhões e quaisquer outros veículos registrados no DETRAN na categoria "aluguel" ou carga.

Art. 8º -

II - O mês de pagamento do IPVA coincidirá com o calendário de licenciamento que for adotado pelo órgão estadual de trânsito.

Art. 14 -

III - nacionais e estrangeiros, respectivamente com mais de 10 e mais de 20 anos de fabricação:

VIII - de propriedade de entidades assistenciais sem fins lucrativos.

Art. 2º - O capítulo VII e o artigo 9º da Lei n. 8.925, de 28 de dezembro de 1988, vigora com a seguinte redação:

"CAPÍTULO VII"

DAS PENALIDADES

Art. 9º - A falta do pagamento do IPVA, nos prazos regulamentares, sujeita o infrator à multa de 50% (cinquenta por cento) do valor do imposto não pago.

to) do valor do imposto não pago.
§ 1º - A multa prevista neste artigo será reduzida, observados os seguintes prazos percentuais:

a) no primeiro dia seguinte ao que te-

nha expirado o prazo de pagamento, para 1% (um por cento) do valor do imposto pago;

b) no segundo dia ao trigésimo dia contados da data indicada na alínea anterior, para 10% (dez por cento) do valor do imposto pago;

c) do trigésimo primeiro ao sexagésimo dia contados da data indicada na alínea a para 20% (vinte por cento) do imposto pago.

§ 2º - A multa será aplicada sobre o imposto atualizado monetariamente."

Art. 3º - Para o exercício de 1990, a base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) é a constante da tabela anexa.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 1990, revogadas as disposições em contrário, inclusive o artigo 10 da Lei n. 8.216, de 31 de dezembro de 1985, com redação que lhe foi dada pela Lei n. 8.668, de 21 de dezembro de 1987.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 87/89

Curitiba, 22 de novembro de 1989.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva dar nova redação ao parágrafo 1º, do art. 3º, da Lei n. 7.257, de 30 de novembro de 1979, alterado pela Lei n. 7.812, de 29 de dezembro de 1983. As referidas leis versam sobre a "Taxa de Segurança".

O plano de lei ora submetido a essa augusta Casa de Leis consubstancia o resultado de estudos efetuados por comissão especialmente designada pelo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública. As conclusões de tais estudos estão contidas na anexa justificativa, que, por oferecerem dos esclarecimentos em torno do assunto, acompanham a presente proposição.

ANTEPROJETO DE LEI Nº 345/89

Art. 1º - O parágrafo 1º, do art. 3º, da Lei n. 7.257, de 30 de novembro de 1979, alterada pela Lei n. 7.812, de 29 de dezembro de 1983, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º -

§ 1º - A UPFPR, em consonância com o § 2º, do art. 97 do Código Tributário Nacional, será atualizada trimestralmente, em março, junho, setembro e dezembro de cada ano através de Instrução do Secretário de Estado da Fazenda (art. 90, inciso II da Constituição do Estado do Paraná), mediante a utilização dos coeficientes de correção monetária de créditos tributários, passando a vigorar nos meses seguintes.

Art. 2º - As alíquotas das Tabelas de que trata o artigo 4º, da Lei n. 7.257, de 30 de novembro de 1979, alterada pelo Lei n. 7.812, de 29 de dezembro de 1983, serão aplicadas com as alterações constantes das Tabelas anexas a esta Lei.

Art. 3º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, tendo eficácia a partir de 1º de janeiro de 1990.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.
A Diretoria Legislativa.

Ofício:

Curitiba, 22 de novembro de 1989
Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência, a fim de, nos termos do art 54, inciso XI, da Constituição Estadual, solicitar autorização para me afastar do País, por algumas horas, nos dias 25 e 27 do corrente mês, eis que, atendendo convite, irei proferir palestras em Foz do Iguaçu, mas, como o aeroporto daquela cidade não está em funcionamento por motivo de reforma, as aeronaves estão utilizando o aeroporto de Puerto Iguazu, no território argentino, razão por que a presente solicitação é formulada.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ARY VELOSO QUEIROZ
Vice-Governador

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 2600

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência de votação aos seguintes Projetos: de Lei n. 298/89, que institui a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e dá outras providências; de Resolução n. 068/89, que autoriza de plebiscito visando a criação do município Santa Maria do Oeste; de Resolução n. 070/89, que autoriza a realização de plebiscito visando a criação do município de Virmond.

Sala das Sessões, em 22.11.89.
(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

REQUERIMENTO N° 2601

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, RE-

QUER, após ouvido o Plenário, preferência de votação para o Projeto de Lei n. 305/89.

Sala das Sessões, em 22.11.89.
(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 2616

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo Art. 100 do Regimento Interno, após ouvido o Plenário respeitosamente requer, Preferência de Discussão e Votação para os Projetos de Lei n 317, 318, 319 e 320/89 e, para o Projeto de Resolução n. 67/89, constantes da ordem do dia da presente sessão ordinária.

Sala das Sessões, em 22.11.89.
(a) WERNER WANDERER

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Nelson Vasconcellos, que este subscreve, pede votação nominal do projeto de Lei n. 305/89, na sessão de hoje, 22 de novembro de 1989.

Sala das Sessões, em 22.11.89.
(a) NELSON VASCONCELLOS

REQUERIMENTO N° 2595

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor DEMÉTRIO JOÃO KOTZIAS, ocorrido em 10.11.89.

Requer outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 22.11.89

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Dia 11 de novembro faleceu nesta Capital o empresário DEMÉTRIO JOÃO KOTZIAS, deixando viúva a Senhora ISSODIA ATHERINO KOTZIAS, quatro filhos e dez netos.

O extinto era membro de tradicional família paranaense.

O desaparecimento do Senhor Demétrio João Kotzias veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu grande círculo de amigos.

O destino privou seus familiares do seu convívio entretanto no céu, as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de seu Servo Demétrio.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nossos corações a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

A Assembléia Legislativa do Estado do

Paraná, por intermédio deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família KOTZIAS, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO 2603

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, votos de pesar pelo falecimento do Senhor CLÁUDIO SILVEIRA PINTO. Que deste requerimento seja dada ciência à família enlutada, através da Senhora Egeli Perdocini Silveira Pinto, à Rua N. Braga S/N, Campo Mourão - PR. - CEP. 87.300.

Sala das Sessões, em 22.11.89

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

Pioneiro da cidade de Campo Mourão, o Senhor Cláudio Silveira Pinto deixa uma lacuna naquela cidade, que dificilmente será preenchida, pelos irrelevantes serviços prestados à comunidade de Campo Mourão. Diretor Presidente da CIMALTO, sempre soube, através de uma postura honesta e inteligente, transmitir seu objetivo que era o progresso e desenvolvimento de sua terra.

REQUERIMENTO N° 2594

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de PORTO VITÓRIA pela passagem de seus 25 anos de Emancipação Política e Administrativa, no próximo dia 08 de dezembro.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Prefeito Municipal, Senhor VICENTE LUIZ SCHAITZ, ao Vice-Prefeito, Senhor VITO LUIZ ZAMBONI bem como a todos os Senhores Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Paraná cumprimentem a laboriosa população portovitorienne.

Sala das Sessões, em 22.11.89

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O próximo dia 08 de dezembro, marcará a passagem do Jubileu de Prata do município de PORTO VITÓRIA.

Porto Vitória foi, pela Lei n° 4788, de 29 de novembro de 1963, desmembrado do município de União da Vitória.

Tendo sido realizada no dia 06 de dezembro de 1964, a sua primeira eleição para Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores que foram empossados no dia 08.12.64, permanecendo até 31.01.69. Portanto, o 1° Prefeito foi o Senhor RODOLFO NEUMANN FI-

LHO e Vice-Prefeito o Senhor NESTOR BRANDO DOS REIS, os quais com muito trabalho e dando o melhor de seus esforços conseguiram dar início ao progresso e desenvolvimento do PORTO VITÓRIA.

Aos 31 de janeiro de 1969 foram empossados: o Senhor NESTOR BRANDO DOS REIS como Prefeito Municipal dando continuidade aos trabalhos iniciados pelo Senhor RODOLFO NEUMANN FILHO; e para Vice-Prefeito, o Senhor BERTOLDO VIER. Seguindo os demais Prefeitos e Vices eleitos: Senhor PLUTARCHO AUGUSTUS FABRÍCIO VIEIRA e NORIVAL MOSER; NORIVAL MOSER e HELMUTH RHINOW; OTÁVIO JOSÉ SCHEID e SIGFRIED ERNESTO KROETZ sendo atualmente o dirigente dos destinos de acolhedora PORTO VITÓRIA, o atuante Prefeito - VICENTE LUIZ SCHAITZ e seu Vice Senhor VITO LUIZ ZAMBONI.

A história de Porto Vitória é uma história de trabalho. Pois, neste ano de 1989 já está comemorando o seu Jubileu de Prata de emancipação política. Foi pela navegação a vapor, através do Rio Iguaçu, que se promoveu o surto de progresso e permitiu-se a circulação de riquezas da região.

Do ciclo da madeira, riqueza que ainda tem considerável peso, passamos para uma Porto Vitória da pecuária, da agricultura moderna e desenvolvida, da industrialização, do comércio forte e estável.

A comemoração dos 25 anos de emancipação política de Porto Vitória é um evento que marca além do seu registro histórico, um Município renovado pela fibra do seu povo ao longo da história.

REQUERIMENTO N° 2604

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, o envio de voto de congratulações ao Dr. CARLOS FERREIRA DE ALMEIDA, DD. Diretor Presidente do BANESTADO, pelas comemorações do 300° município paranaense beneficiado pelo Projeto Galha Azul.

Sala das Sessões, em 22.11.89

(a) LUCIANO PIZZATTO

JUSTIFICATIVA:

O projeto Galha Azul sem sombra de dúvida tem se constituído em grande instrumento de desenvolvimento e atendimento das políticas sociais do Governo do Estado do Paraná, notadamente pela forma democrática e participativa com que são estabelecidas as prioridades para a aplicação dos recursos com o envolvimento da comunidade na definição da aplicação dos recursos, razão pela qual a marca alcançada, por si só espelha o êxito do Projeto, que merece de nossa parte e desta Casa o reconhecimento ora pleiteado.

REQUERIMENTO N° 2605

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, voto de congratulações ao Dr. RUBENS BUENO, DD. Secretário de Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social pela comemoração do 300º município paranaense beneficiado pelo Projeto Galha Azul.

Sala das Sessões, em 22.11.89

(a) LUCIANO PIZZATTO

JUSTIFICATIVA:

A marca alcançada demonstra, por si só, o êxito do Projeto que dispensa comentários. Contudo, queremos registrar que acreditamos que o sucesso obtido deva-se, provavelmente à forma democrática e participativa com que o Projeto é executado, com a participação efetiva da comunidade da definição das prioridades a serem atendidas; fato este que nos leva a pleitear este reconhecimento por parte desta Casa.

REQUERIMENTO N° 2610

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos de hoje do Poder Legislativo, VOTOS DE CONGRATULAÇÕES ao SINDICATO DO COMÉRCIO ATACADISTA DE MADEIRAS DO PARANÁ, pela eleição da sua nova diretoria e comemoração do seu cinquentenário de fundação.

Em pleito realizado recentemente, os filiados ao SINDICATO DO COMÉRCIO ATACADISTA DE MADEIRAS DO PARANÁ elegeram a nova diretoria, conselho fiscal e suplentes, encarregados de gerir a política de atuação da entidade no biênio 89/91.

A Diretoria do Sindicato ficou assim composta: Presidente: Miguel Zattar; Vice: Luiz Carlos Pizani; 1º Secretário: Odair Ceschin; 2º Secretário: Thales Zugman; 1º Tesoureiro: Ângelo José Dal Pai; 2º Tesoureiro: Etelvino Ângelo Veraschin. O Conselho Fiscal tem os seguintes membros efetivos: Altavir Zaniolo, Antônio Roque Tomasi e Ênio Gentil e, como suplentes, Manual Jorge da Silva Júnior, Carlos Stumpf e Adilson Francisco Cherubini. Suplentes da Diretoria: Ricardo Müller. Ricardo Slaviero, Carlos Fernandes Luiz, Eduardo Franco Deboni, Renato Gomes Napoli, Antônio Carlos Granzotto e Jorge Luiz Andreadza.

A eleição desses nomes para a direção do Sindicato do Comércio de Atacadista de Madeiras do Paraná, no montante em que ele comemora seus cinquenta anos de existência, marca a importância da escolha de homens capazes, dinâmicos e competentes para para o sucesso de uma entidade.

Que a gestão ora iniciada seja profícua e pródiga em realizações e conquistas para a categoria dos atacadistas de madei-

ras do Paraná.

Que do teor do presente, dê-se ciência a todos os homenageados.

Sala das Sessões, em 22.11.89

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 2611

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, VOTOS DE CONGRATULAÇÕES ao SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE MADEIRAS LAMINADAS E COMPENSADAS, NO ESTADO DO PARANÁ, pela eleição da sua nova diretoria.

Recentemente, os filiados ao SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE MADEIRAS LAMINADAS E COMPENSADAS, NO ESTADO DO PARANÁ, reunidos em Assembléia, escolheram os nomes dos novos dirigentes da entidade para o biênio 89/91.

A diretoria está, agora, assim composta: Presidente: Altavir Zaniolo; Vice: Manuel Jorge da Silva Jr; Secretário Geral: Etelvino Ângelo Varaschin; 1º Secretário: Douglas Antônio G. de Souza; 2º Secretário: Guido Schille; 1º Tesoureiro: Astor Weiss e, 2º Tesoureiro: Waldemar Ens. São suplentes da diretoria: Gilson Berneck, Ricardo Müller, Renato Gomes Napoli, Jacob Abrahams, Luiz Carlos Pizani, Pedro Paulo da Silva e Nudier Benedito Ribas.

Para o conselho fiscal foram escolhidos, como efetivos: Saul Chuny Zugman, Miguel Zattar e Antônio Roque Tomasi e, como suplentes: Carlos Fernandes Luiz, Hermes Schultz e Hans Braun.

A diretoria eleita é motivo de cumprimentos por parte deste Poder Legislativo, à medida em que reconhecemos, dentre ela, nomes de destaque no setor madeireiro do nosso Estado, pessoas que, com seus esforços e esperanças transformadas em investimento, contribuíram para o crescimento do nosso Paraná.

Recebam os eleitos os sinceros cumprimentos desta Casa, bem como nossos sinceros votos de êxito, realizações e conquistas para essa merecedora classe.

Que do teor do presente, dê-se ciência aos diretores eleitos.

Sala das Sessões, em 22.11.89

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO DE N° 2612

Senhor Presidente:

O Deputado autor do presente, adiante subscrito REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, VOTOS DE CONGRATULAÇÕES à INGRA - INDÚSTRIA GRÁFICA LTDA, pela passagem dos seus 30 anos de fundação.

No último dia 10, a Ingra comemorou

seus 30 anos de fundação com uma série de atividades que contaram com a participação de diretores, funcionários, empresários e lideranças política de Curitiba e da Região Metropolitana.

Foi, sem dúvida, um grande acontecimento do setor empresarial campolarguense que veio consolidar ainda mais a tradição daquele povo e acima de tudo, o espírito empreendedor de seus fundadores e integrantes da família Hoft.

Mesmo diante das dificuldades da época, no final da década de 50 nascia a Ingra Indústria Gráfica, num prédio de apenas 50 metros quadrados. Hoje, graças ao empenho e a capacidade de seus fundadores e, sobretudo, da equipe de funcionários, a Ingra possui um dos maiores parques gráficos do Estado e atende clientes em todo o país, com excelente padrão de qualidade.

Desde a idéia pioneira de fundar-se a Ingra o lugar de destaque que ocupa hoje na vida do nosso Estado, passando pelos constantes investimentos na produção, os fundadores da Ingra demonstraram a sua confiança num Paraná promissor e futuroso.

Necessário destacar, ainda, o envolvimento da Ingra com seus funcionários, garantindo-lhes condições justas e dignas de trabalho, apesar de outras empresas apostarem na exploração da mão-de-obra.

Na receita de sucesso da Ingra, foram acrescentados ingredientes da mais alta importância, como o dinamismo, a seriedade, a confiança, o empenho, a capacidade administrativa e, sobretudo, muito trabalho, projetando-se, em três décadas, como uma das principais empresas do ramo gráfico do Estado do Paraná.

Compartilhar do sucesso da Ingra é destacar, também, a alternativa por ela escolhida, de investir-se no Paraná, revertendo seu crescimento em empregos para o povo de Campo Largo e desenvolvimento constante daquela comunidade.

Ao prestar esta homenagem à INGRA o Poder Legislativo quer prestar seus cumprimentos a esse mutirão de pessoas, anônimas ou conhecidas que, diariamente, trabalhando na INGRA, fazem acontecer um pouco da história do Paraná.

Exemplo da necessidade do empenho, da seriedade e trabalho para o crescimento, a INGRA, é, hoje, um patrimônio do nosso Estado, além, é claro, de um orgulho.

Orgulho porque, nascida em terra paranaense, da idéia de Renato Höft, aqui cresceu, com o trabalho dos paranaenses, projetando-se para todo o Brasil, como uma iniciativa paranaense que deu certo.

Parabéns Campo Largo.

Parabéns Ingra, pelos 30 anos conquistados no dia-a-dia, a baixo de sol e da chuva, de calor e de frio, do suor de cada trabalhador, da fé do seu idealizador.

Sala das Sessões, em 22.11.89

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 2630

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER a Vossa Excelência que lhe sejam fornecidas cópias dos requerimentos apresentados pelos Senhores Deputados, integrantes da Comissão Parlamentar de Inquérito incumbida de apurar possíveis irregularidades ocorridas no Serviço Único de Saúde- SUDS, pedindo renúncia da comissão em questão.

Sala das Sessões, em 22.11.89.

(a) JOSÉ FELINTO

REQUERIMENTO N° 2602

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, que seja solicitado ao IBAMA-PR e ao ITCF enérgicas providências pela existência de Zoológico irregular em Paranaguá, que motivou a morte de um dos seus funcionários, especialmente por terem os órgãos de comunicação noticiado há poucos dias que o mesmo havia sido fiscalizado pelo ITCF, constatando já, naquela data, a situação irregular, informando ainda as providências que serão tomadas.

Sala das Sessões, em 22.11.89.

(a) LUCIANO PIZZATTO.

REQUERIMENTO N° 2617

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário a Prorrogação do Prazo da C.P.I. da Saúde, até dia 15 de dezembro do corrente ano.

Sala das Sessões, em 22.11.89.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEAO

REQUERIMENTO N° 2621

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER a prorrogação do prazo de trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a apurar possíveis irregularidades ocorridas no Serviço Único de Saúde - SUDS, até o próximo dia 15 de dezembro com o fim de permitir a conclusão da auditoria que vem sendo realizada pelo Tribunal de Contas.

Sala das Sessões, em 22.11.89.

(a) JOSÉ FELINTO

REQUERIMENTO N° 2631

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma re-

gimental, REQUER a Vossa Excelência cópia das notas taquigráficas referentes aos pronunciamentos feitos nas sessões ordinárias dos dias 21 e 22 do corrente, pelo Deputado Rafael Greca e pelo Deputado requerente.

Sala das Sessões, em 22.11.89.

(a) JOSÉ FELINTO

REQUERIMENTO N° 2619

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado cumprimentos à Presidência do Banco Bamerindus do Brasil S.A., na pessoa de seu Presidente Doutor José Eduardo de Andrade Vieira, pela inauguração do posto de serviço na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 2606

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER seja enviado ofício ao Senhor Odeni Villaça Mongruel, DD. Diretor Presidente da Companhia de Habitação do Paraná, reivindicando que sejam promovidos estudos de viabilização para a construção de 50 unidades habitacionais pelo sistema mutirão, no Distrito Administrativo de FAROL, município de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 22.11.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O Distrito em questão é hoje mais uma das cidades paranaenses que enfrentam um sério problema decorrente do aumento de sua população: a falta de moradias.

Atualmente, um elevado número de moradores são obrigados a pagar aluguéis a preços que comprometem o planejamento financeiro da família ou então, morar em condições não condizentes.

Levados por este motivo, inúmeros cidadãos vieram até nós, solicitando que reivindicássemos junto a este órgão, estudos no sentido de se construir no prazo mais breve possível, 50 unidades habitacionais, número considerado o suficiente para amenizar a situação.

Portanto, pedimos apoio e empenho para solucionarmos o referido problema.

REQUERIMENTO N° 2607

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após manifestação do douto Plenário, REQUER o envio de ofício ao Senhor Delso José Trentin, DD. Diretor Superintendente da FUNDEPAR, reivindicando com a máxima ur-

gência a construção de uma Quadra poliesportiva no Colégio Estadual de Farol, ensino de 2° Grau, localizado no Distrito Administrativo de Farol, Município de Campo Mourão.

Sala das Sessões, 22.11.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O Colégio Estadual de Farol teve o seu funcionamento posto em ação no período letivo deste ano, portanto, não dispõe, na sua estrutura, da referida reivindicação.

Utilizando-se, até o presente momento, das instalações da quadra de esportes existentes na Escola Municipal de ensino de 1° Grau.

O espaço próprio para suas atividades físicas, sem dúvida nenhuma é necessário e imprescindível para um perfeito aproveitamento escolar nesta matéria.

Face ao exposto, solicitamos a agilização do processo para concretização do pedido.

REQUERIMENTO N° 2608

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER seja enviado ofício ao Secretário de Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social do Paraná, solicitando a liberação de recursos financeiros para a Associação de Desenvolvimento Comunitário Integrado de Farol, com sede e foro no Distrito Administrativo de Farol, no município de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 22.11.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

A referida instituição comunitária mantém convênios com a SEJA e o Banco do Brasil, através do FUNDEC, e necessita no presente momento de verbas para a construção do Barracão de uma Marcenaria Comunitária, a qual já dispõe de todo o equipamento e máquinas à sua implantação, adquiridas com recursos próprios, faltando tão somente o espaço físico que abrigue-a.

Ciente da sensibilidade desta pasta face aos problemas de origem social-comunitários, reivindicamos o breve atendimento, certos de podermos contar com a costumbre e especial atenção por parte desta Secretaria.

REQUERIMENTO N° 2609

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após manifestação do douto Plenário, REQUER seja enviado ofício ao Senhor Delcino Tavares, DD. Secretário de Estado da Saúde, reivindicando para que seja destinado um veículo, ambulância, para o atendimento social do Distrito Administrativo de Fa-

rol, município de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 22.11.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação nos foi encaminhada através da administração distrital de Farol, a qual justificou a mesma, no fato daquela localidade estar encontrando dificuldades na remoção de pessoas com problemas de saúde para outros centros, tendo em vista de que em sua sede não há disponibilidade de atendimento médico frequente.

Face ao exposto, e certo de poder contar com a sensibilidade e especial atenção por parte desta Pasta, ficando no aguardo de uma breve solução.

REQUERIMENTO N° 2620

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente às autoridades abaixo nominadas, solicitando a implantação de um Policiamento Florestal no local denominado Morro do Boi, no Balneário de Caiobá, tendo em vista proteger o local das constantes queimadas que o "Cartão Postal" de nosso Litoral vem sofrendo, tal como a que ocorreu no último dia 17 de novembro do corrente ano.

1. Secretário de Estado da Segurança Pública, Doutor Antônio Lopes de Noronha.

2. Comandante da Polícia Militar do Estado do Paraná, Cel. Wantuil Borges.

Sala das Sessões, em 22.11.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 2597

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Doutor Heinz Georg Herwig, DD. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando imediatas providências quanto às decisões tomadas pela Administração do "Ferry-Boat" de Guaratuba, as quais vem prejudicando sensivelmente o desenvolvimento Turístico do Município de Guaratuba.

Sala das Sessões, em 22.11.89.

(a) RENATO ADUR

JUSTIFICATIVA:

1. Da Frota de 4 (quatro) Ferry-Boat, um apodreceu "aos olhos da administração local, sem que nenhuma providência fosse tomada.

2. Um "ferry-boat" foi mandado para conserto em Itajaí, semana passada, sendo que esta providência deveria ter sido tomada num período anterior, para quando o fluxo de veranistas chegasse ao ápice, a frota estivesse em pleno funcionamento.

3. Esta semana começaram obras de reforma no atracadouro de Caiobá, justamente no início da temporada.

4. Como ficará, diante de tantas dificuldades, o atendimento aos turistas? Provavelmente bandearão para as praias do Litoral Catarinense, criando sérios problemas ao desenvolvimento do Turismo em Guaratuba, que é prioritário na gestão deste Governo.

5. As dificuldades de acesso a Guaratuba via "Ferry-Boat", provocará certamente congestionamento no acesso via BR-116 já conhecido como "corredor da morte".

6. Tem que se somar a todas as razões aqui citadas, também à famosa "operação tartaruga", desenvolvida pelos funcionários do DER, descontentes com a atual política salarial.

REQUERIMENTO N° 2618

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja registrado nos anais desta Casa, o ofício endereçado pela fundação Faculdade de Educação Ciências e Letras de Irati.

Sala das Sessões, em 22.11.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 334/89

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

Art. 1° Fica criado o município de Pato Bragado com território desmembrado do Município de Marechal Cândido Rondon, com sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes: partindo da foz do Rio São Francisco, no Rio Paraná, sobe por aquele até encontrar a linha divisória dos lotes rurais n°s: 25, 24, 23, 22, 85, 84, 83, 86, 87, 82, 81 e 88 do 37° perímetro, atingindo a Sanga Cruz, descendo por esta até alcançar sua desembocadura no Arroio Fundo, subindo por este até atingir a desembocadura da Sangra Biriva no Arroio Fundo, subindo pela Sanga Biriva, na linha divisória dos lotes rurais n°s 46, 54, 47, 50 e 51 do 22° perímetro, alcançando a Sanga Caranchan, descendo pela mesma até alcançar a sua desembocadura no Lageado Rio Branco, descendo este até atingir a sua foz no Rio Paraná, descendo pelo mesmo até encontrar a foz do Rio São Francisco, ponto de partida.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.11.89.

(a) WERNER WANDERER

Apoio: Anibal Khury

JUSTIFICATIVA:

Com a aprovação do presente Projeto de Lei, vimos ao encontro das aspirações de um povo trabalhador e merecedor de sua emancipação.

O progresso e o desenvolvimento que se observa naquele Distrito é muito grande, a população agrícola também desenvolve seu papel de importância social e econômica.

Com a apresentação deste temos a certeza que cumprimos as formalidades legais e os requisitos exigidos pela Lei Complementar Federal e Constituição Estadual, atendemos os anseios da comunidade.

Solicitamos o apoio dos nobres Pares à aprovação deste projeto, pois o mesmo tem significado para nós e para toda laboriosa população de Pato Bragado.

MEMORIAL DESCRITIVO DO PERÍMETRO URBANO DE PATO BRAGADO

Tem como ponto inicial e final, o entroncamento da Rua Rolândia com a Rua Florianópolis.

Do ponto inicial, segue pela Rua Florianópolis até a Rua Campo Mourão, segue por esta até a Rua Itararé, segue por esta até a Rua Rolândia, segue por esta até o entroncamento com a Rua Florianópolis ponto inicial e final.

MEMORIAL DESCRITIVO DO MUNICÍPIO DE PATO BRAGADO

Tem como ponto inicial e final a foz do Rio Branco no Lago de Itaipu - antigo leito do Rio Paraná.

Partindo da foz do Rio São Francisco, no Rio Paraná, sobe por aquele até encontrar a linha divisória dos lotes rurais, n.ºs 25, 24, 22, 85, 84, 83, 86, 87, 82, 81 e 88 do 37º perímetro, atingindo a Sanga Cruz, descendo por esta até alcançar sua desembocadura no Arroio Fundo, subindo por este até atingir a desembocadura da Sanga Biriva no Arroio Fundo, subindo pela Sanga Biriva, na linha divisória dos lotes rurais n.ºs 46, 54, 47, 50 e 51 do 22º perímetro, alcançando a Sanga Caranchan, descendo pela mesma até alcançar a sua desembocadura no lagoado Rio Branco, descendo este até atingir a sua foz no Rio Paraná, descendo pelo mesmo até encontrar a foz do Rio São Francisco, ponto de partida.

PROJETO DE LEI N.º 335/89
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica criado o Município de São Pedro do Iguaçu, sediado na localidade de São Pedro, com território desmembrado

do Município de Toledo, e divisas seguintes:

"Começa na estrada de rodagem que liga Luz Marina a São José das Palmeiras da linha seca divisória entre os lotes rurais ns. 67 e 68 até a nascente do Córrego Arapongas, segue por esta água abaixo até a sua foz no Rio Santa Quitéria ou Rio Central, confrontando por este lado com o Município de São José das Palmeiras; deste ponto segue pelo Rio Santa Quitéria ou Rio Central, águas acima até sua confluência com o Rio Correntoso, confrontando por este lado com o município de Ouro Verde do Oeste; desta confluência segue pelo Rio Correntoso águas acima até a linha seca divisória dos lotes rurais ns. 4/17 e 19, da Gleba n. 2, da Colônia São Francisco, confrontando por este lado com os municípios de Ouro Verde do Oeste e Toledo; deste ponto segue pela mencionada linha seca até a nascente do Arroio Tamoio, seguindo por este até a sua confluência com o Rio São Francisco, confrontando por este lado com o município de Toledo; desta confluência segue pelo Rio São Francisco águas acima até a confluência com o Arroio do Rato; desta confluência segue pelo Arroio do Rato águas acima até a linha seca divisória do lote rural n. 23, também da Gleba n. 2, da Colônia São Francisco, confrontando por este lado com o Município de Toledo; deste ponto segue pela linha seca divisória dos lotes rurais ns. 23 e 15, da Gleba n. 2, da Colônia São Francisco, e ainda pela linha seca divisória do lote rural n. 13, da Gleba n. 2, da mesma Colônia, cujo término da linha seca divisória é na margem direita do Arroio Separação, confrontando por este lado com o município de Tereza do Oeste; deste ponto segue pelo Arroio Separação águas abaixo até a confluência com o Rio Santa Quitéria ou Rio Central, confrontando por este lado com o Município de Santa Tereza do Oeste; desta confluência segue pelo Rio Santa Quitéria ou Rio Central águas acima, até a linha seca divisória dos lotes rurais ns. 16 e 17, da Gleba n. 3 - Perímetro "B", da Colônia São Francisco com término na estrada de rodagem que liga São Judas Tadeu a Santa Tereza do Oeste; desta linha seca divisória mencionada segue pela referida estrada, no sentido de Santa Tereza do Oeste a São Judas Tadeu, até a linha seca divisória dos lotes rurais ns. 11 e 12, da Gleba n. 3 - Perímetro "A" - da Colônia São Francisco, seguindo por esta linha seca divisória até o Arroio Vital Brasil águas abaixo até a linha seca divisória dos lotes rurais ns. 2, 3, 4 e 5, também da Gleba n. 3 - Perímetro "A" - da Colônia São Francisco até o Rio São Francisco Falso Braço Norte, confrontando neste lado com o município de Santa Tereza do Oeste; deste

ponto segue pelo Rio São Francisco Falso Braço Norte; águas abaixo até a confluência com o Rio Romamona, confrontando por este lado com os municípios de Santa Tereza do Oeste e Céu Azul; desta confluência segue pelo Rio São Francisco Falso Braço Norte até a divisa limítrofe por linha seca entre os municípios de Céu Azul e Matelândia; desta divisa segue pelo Rio São Francisco Falso Braço Norte águas abaixo até a confluência com o Córrego Apepu, confrontando por este lado com os Municípios de Céu Azul e Matelândia; desta confluência segue pelo Córrego Apepu águas acima até a sua nascente; desta nascente em diante segue pela linha seca divisória dos lotes rurais ns. 147 e 151, da Colônia "B" Santa Helena e Sol de Maio, até a estrada de rodagem que liga Luz Marina a São José das Palmeiras; deste ponto em diante segue pela referida estrada no sentido São José das Palmeiras a Luz Marina, até a linha seca divisória dos lotes rurais ns. 67 e 68, ponto de partida, confrontando por este lado com o município de São José das Palmeiras".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.11.89.

(a) SABINO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

O atual distrito de São Pedro é um dos mais progressistas e desenvolvidos do município de Toledo. Possui na sua sede urbana mais de 200 residências e toda a infraestrutura necessária para a sua constituição como município, a exemplo de bancos, ligações de água, pavimentação das ruas, serviço telefônico, energia elétrica, cooperativa, etc. Englobando as localidades de Luz Marina, São Judas Tadeu e São Francisco a população que reside na região que irá se emancipar atinge a cifra de 12.354 habitantes, segundo o censo do IBGE de 1980. Avalia-se que hoje moram na região cerca de 15.000 pessoas.

Por ser uma região desenvolvida, com grande produção agrícola, considerável arrecadação de impostos e por distar 32 quilômetros da sede do município de Toledo, a comunidade de São Pedro e região reivindica sua emancipação político-administrativa.

Trata-se de uma legítima aspiração da comunidade, como atesta o abaixo-assinado em anexo, motivo pelo qual, tenho certeza, receberá o apoio e a aprovação dos nobres Deputados que compõem esta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 336/89
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - É concedido o título de "Cidadão Benemérito do Paraná" ao senhor George Christofis.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.11.89.

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

O Senhor GEORGE CHRISTOFIS, formado em direito pela Faculdade de Direito de Curitiba e estabelecido no ramo farmacêutico desde 1955, dentre outros cargos, ocupa, hoje, a Presidência da Federação do Comércio Varejista do Estado do Paraná, onde, ao contrário daqueles que o precederam, procurou implantar um estilo administrativo peculiar e diferente, consubstancialmente na co-participação direta de todos os sindicatos e respectivos associados nas decisões da Federação, conferindo-lhe, conseqüentemente, uma perfeita integração.

À frente do "SENAC", por seu turno, o homenageado imprimiu uma nova postura insistiu reavaliando e ajustando a instituição aos moldes da nova realidade nacional, promovendo a democratização das oportunidades de ensino profissionalizante a todos aqueles que o desejavam, afastando obstáculos e dificuldades com a facilitação do ingresso aos cursos e treinamento. Em razão desse fato, os serviços da instituição tornaram-se mais ágeis, flexíveis e dinâmicos, enfrentando o desafio empreendido por toda a sociedade. Todavia, através de postura participativa e aberta, possibilitou dar respostas objetivas e concretas na contribuição efetiva para a superação de entraves gerados pelas sucessivas crises nacionais.

Dotado de elevado espírito combativo e empreendedor, investiu no desenvolvimento e modernização do SENAC, reafirmando-o na posição de vanguarda na formação profissional do Paraná, a exemplo da criação do Centro de Informática em 1984, das Empresas Pedagógicas, de Salas-Ambiente de Enfermagem, Farmácia, Higiene e Beleza, Escritório, Cozinha-Didática, Manequim, Serigrafia, Desenho, não apenas na Capital, como no interior.

Já, em 1983, através do mesmo órgão, implantava as chamadas Escolas do Trabalho, que "viriam atender as necessidades de preparação, apoio e valorização do trabalhador através da conjunção de ações das entidades que atuaram nesse campo, fixando e promovendo o homem em sua própria comunidade de origem. Eis que, no mesmo ano, instala a primeira Escola do Trabalho em Santo Antônio da Platina e, posteriormente, espalhando-as pelas cidades de Cianorte, Jacarezinho, Toledo, Altônia, Paranaíba, Cambé, Morretes, Rio Negro, Cornélio Procopio, Arapongas e Goioerê.

Sempre fiel às suas idéias acalentadas desde os primórdios de sua investidura na Presidência da Federação, George Christofis realiza, em 1985, inúmeros encontros Microvarejistas, que deram origem ao Estatuto das Microempresas, transformado, posteriormente, em lei nos três níveis de governo, sendo fruto de árdua e contínua batalha pela Federação, culminando, finalmente, em marco decisivo para sua concretização.

Em 12 de setembro de 1986, em razão de seu fecundo trabalho desenvolvido à frente da Federação, é merecidamente reconduzido à sua Presidência, por mais um período de três anos.

Em 1987 e 1989, Georg Christofis representa a Confederação Nacional do Comércio em importantes eventos realizados pela Organização Internacional do Trabalho-OIT em Gênêbra, Suíça.

Neste ano de 1989, é reeleito, pela quarta vez consecutiva, para a Presidência da Federação, dando continuidade em sua meta incansável de extensa atividade, procurando o aprimoramento contínuo do órgão que, com tanta galhardia, vem comandando.

O SENAC atende hoje, a todos os 319 municípios paranaenses, num processo de interiorização permanente, para o qual conta com o ensino à distância e unidades móveis, capazes de atender às necessidades de formação e aperfeiçoamento profissional de empresários e trabalhadores em qualquer ponto do Estado.

Esta é, em pequenas pinceladas, o retrato da extensa atividade do Senhor George Christofis a quem, neste momento, procuramos tributar mais esta homenagem que, somadas a tantas outras honrarias que lhe foram conferidas, virá enriquecer o acervo de reconhecimento pela sociedade paranaense, mercê de seu trabalho, dedicação, entusiasmo e paixão pelo que faz com amor e responsabilidade, na valorização profissional do homem.

Em razão desses fatos, aliados ao seu indiscutível "Curriculum Vitae" que ora apensamos, esperamos merecer total apoio dos demais Pares deste Parlamento, para aprovação da presente iniciativa.

PROJETO DE LEI N° 337/89
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica denominada "Rodovia Vereador José da Silva" a estrada que liga Cianorte ao Distrito de Vidigal.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.11.89.

(a) DIRCEU MANFRINATO

JUSTIFICATIVA:

José da Silva nasceu no dia 13 de dezembro de 1913, na cidade de Andes, no Estado do Rio de Janeiro, onde viveu sua infância. Em seguida foi para São Paulo, juntamente com seus pais, onde passaram a residir em Porto Ferreira; nesta cidade ele se casou e de lá transferiu-se para a cidade de Bernardino de Campos, ainda no Estado de São Paulo onde começou a trabalhar na lavoura de café, vindo em seguida para o Paraná, residindo primeiramente na cidade de Cambará e em seguida na cidade de Cornélio Procopio, trabalhando em fazendas, na formação, das lavouras de café. Ainda em Cornélio Procopio foi comerciante no ramo de secos e molhados; após alguns anos mudou-se para a cidade de Maringá, mais precisamente no ano de 1948. Em Maringá trabalhou como carpinteiro, motorista de taxi, vendedor em loja de tecidos, passando após algum tempo a trabalhar na Companhia de Terras Norte do Paraná, como agenciador e vendedor de terras. Em 1953, José da Silva ficou viúvo com nove filhos, sendo a maioria menores. De Maringá, mudou-se para a cidade de Cianorte no ano de 1958, continuando seu trabalho junto à Companhia de Terras. Em Cianorte, exerceu também a função de Delegado substituto, e em seguida a de Vereador na gestão do então Prefeito Nelson Prendin. José da Silva foi pioneiro em Cianorte, onde viveu até sua morte em 23.06.89. José da Silva sempre foi um homem que gozou de boas amizades por onde passou, em Cianorte principalmente, pois sempre foi em sua vida um homem de inabalável conduta e honestidade para com seus semelhantes.

Portanto, submetemos o presente projeto de lei à apreciação de nossos Pares, solicitando afinal a sua aprovação.

PROJETO DE LEI N° 338/89
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE - de Japurá, com sede e foro no município de Japurá.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

(a) DIRCEU MANFRINATO

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Japurá, que pretendemos declarar Utilidade Pública, é uma sociedade civil de caráter assistencial e educacional, se fins lucrativos, conforme estabelece o seu estatuto.

Tem por objetivo promover o bem-estar e o ajustamento social e geral das pessoas

excepcionais, estimular os estudos e pesquisas relativas ao problema dos excepcionais; e promover o ensino dos excepcionais dando-lhes condições de com suas possibilidades poderem viver com seus próprios recursos e meios.

Assim sendo, submetemos o presente projeto de Lei à apreciação de nossos Pares, solicitando sua aprovação para que mereça o reconhecimento público estadual.

PROJETO DE LEI N° 339/89
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarado de Utilidade Pública o "Sindicato Rural de Cianorte", com sede e foro no município de Cianorte.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.11.89.

(a) DIRCEU MANFRINATO

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de utilidade pública, com sede e foro no Município de Cianorte, está devidamente registrada no cartório competente, em plena atividade e sem fins lucrativos, conforme determina o seu estatuto.

Entre suas prerrogativas destacamos:

a) proteger os direitos e representar os interesses de sua categoria perante as autoridades administrativas e judiciais;

b) eleger ou designar os representantes da respectiva categoria;

c) colaborar com o Estado, como órgão técnico e consultivo, no estudo e solução dos problemas que se relacionem com as atividades de categoria econômica que representa;

d) celebrar convenções ou contratos coletivos de trabalho;

e) impor contribuições a todos aqueles que integram a categoria econômica representada nos termos da legislação vigente;

f) criar departamento de revenda de produtos e consumo dos associados, ao preço de custo final;

g) realizar ou promover exposições e feiras na sua base territorial.

Portanto, submetemos o presente Projeto de Lei à apreciação de nossos Pares, solicitando, afinal, a sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - A Mesa comunica aos presentes, interessados que o Simpósio sobre a Lei Orgânica dos Municípios já está sendo desenvolvido no pequeno plenário desta Casa com palestra do Senhor Secretário de Estado, Rubens Bueno.

Concedo a palavra no Pequeno Expediente ao Senhor Deputado Lindolfo Júnior.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, amigos da imprensa, servidores públicos.

Gostaria de aproveitar e solicitar, Sr. Presidente, aos Deputados, àqueles que porventura estejam em seus gabinetes, que por favor venham ao plenário para que possamos votar em primeira discussão o projeto que autoriza o Chefe do Poder Executivo a reajustar mensalmente o salário dos servidores públicos do Estado do Paraná.

E hoje recebi a informação que o Governador do Mato Grosso do Sul também concederá esse aumento, este reajuste mensal aos servidores. Informação que vem também do Estado de São Paulo, onde o Governador Orestes Quércia elabora um projeto, uma mensagem que endereçará à Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, no sentido de conceder também o reajuste mensal, de acordo com a variação do IPC aos servidores públicos daquele Estado.

O Governador Miguel Arraes também prepara uma mensagem, no sentido de valorizar os funcionários públicos do seu Estado.

Nós esperávamos esta Mensagem. Como ela não veio, resolvemos autorizar o Executivo Estadual para que ele, com discernimento, analise o problema que enfrenta essa categoria de trabalhadores.

Hoje, se Deus quiser, e se a vontade política desta Casa prevalecer... por favor, Deputado Neivo, fique aqui e vote conosco este projeto...

(Aplausos)

Se a vontade política prevalecer nós votaremos em primeira discussão, salvaguardando os interesses desta classe, como já tenho me manifestado inúmeras vezes, desta tribuna, já que a violência do PMDB, contra nós, ainda no Partido do Governo, e eu que não sou um homem radical, que tenho até uma posição liberal, que sempre votei nas medidas acertadas do Governador Álvaro Dias, e tenho votado e mantido esta coerência e esta vontade, na Assembléia Legislativa.

Tentam e tentaram nos perseguir, mas quando nos fecham uma porta, Sr. Presidente, Deus nos abre uma janela para que vejamos algo de novo!

E, neste momento, com a presença maciça, nas galerias desta Casa, dos servidores públicos, há quase um mês, clamando por um direito, por justiça, e não por migalhas, estes servidores esperam o bom-senso de todos nós!

Quero crer que a vontade da maioria prevalecerá, respeitaremos o resultado da votação, como liberais que somos, discutimos com o nosso Partido, com o Deputado Ezequias Losso, com a Executiva do Partido, e entendemos que é importante dar este reajuste para os servidores públicos, já que este mesmo aumento, que este mesmo

reajuste, vem acontecendo em outros Estados.

Srs. Deputados, acredito no bom-senso da Assembléia Legislativa, acredito em Vossas Excelências, e acredito na aprovação deste reajuste mensal para os servidores públicos do Estado do Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Horário das Lideranças.
PSDB com a palavra.

O SR. HAROLDO RODRIGUES FERREIRA - (Pela Ordem) Sr. Presidente, antes de definirmos se utilizaremos o horário do PSDB ou não, eu gostaria de levantar esta Questão de Ordem ao Sr. Presidente, sobre um fato que, na minha análise, está ocorrendo nesta Casa e depreciando o Poder Legislativo.

Refiro-me à CPI dos SUDS aqui nesta Casa. Porque nós entendemos que, primeiro, esta CPI não tem a participação das minorias desta Casa, porque quando foi constituída num ato da Presidência, ela foi composta por 8 membros, 5 do PMDB, 1 do PSD, 1 do PDT e 1 do PFL, e nenhum dos partidos minoritários tem representação hoje na CPI. E eu entendo que constitucionalmente uma CPI sem a participação das minorias não tem validade. E as minorias se retiraram desta CPI, em repúdio à forma como a maioria está tratando as minorias no âmbito desta Comissão.

E por outro lado, o prazo desta CPI, após a prorrogação também já se extinguiu. E eu gostaria que a Presidência se manifestasse a respeito que no nosso entendimento, ela está extinta, até porque comprovações já existem, e inclusive este Deputado e algumas lideranças dos movimentos organizados no setor da saúde do Paraná já estão entrando com uma ação popular na Justiça, para as devidas medidas judiciais com relação a essas irregularidades.

Gostaria de pedir à Presidência, se o nobre Deputado Anibal Khury poderia se manifestar neste momento a respeito desta comissão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa, antes do término da sessão, decidirá a questão de ordem levantada por Vossa Excelência.

O SR. JOSÉ FELINTO - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está Vossa Excelência com a palavra.

O SR. JOSÉ FELINTO - Eu indagaria ao Presidente desta Casa, se está a renúncia

do Deputado Haroldo Ferreira por escrito. Porque eu, como Vice-Presidente, fazendo parte, na oportunidade, como membro da CPI, de um partido que na época era majoritário, o elegemos como Presidente e ele se conduziu irresponsavelmente.

Portanto, eu gostaria de saber se a renúncia do Deputado Haroldo Ferreira, que tomou posições paralelas naquele momento, está escrita nesta Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa recebeu a renúncia do Deputado e já encaminhou à Comissão.

O SR. JOSÉ FELINTO - Eu, como Vice-Presidente não a recebi, Sr. Presidente, e gostaria de saber quem a recebeu no entanto.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Vossa Excelência se não recebeu, vai receber.

Com a palavra o PSDB.
(Declina).

Com a palavra o PL.
(Declina).

Com a palavra o PT.
(Declina).

Com a palavra o PFL.
(Declina).

Com a palavra o PTB.

O SR. NELSON VASCONCELLOS - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tem a palavra o Deputado Nelson Vasconcellos.

O SR. NELSON VASCONCELLOS - Sr. Presidente, neste instante nós ouvimos a palavra do Deputado Felinto, acusando o Deputado Haroldo Ferreira de irresponsável na CPI da Saúde.

Nós queremos, como médico, acompanhando o descalabro que existe na Saúde Pública do Estado do Paraná, dizer que irresponsável tem sido a Bancada Governista, que não tem deixado ser apurado por esta Casa as sérias irregularidades que existem nos SUDS do Estado do Paraná. Irresponsável não é o Deputado Haroldo Ferreira: irresponsável é a Bancada Governista que tem cerceado a liberdade e o direito desta Casa.

Por isto hoje, o nosso Presidente Haroldo Ferreira entrou na Justiça com mais alguns Deputados para apurar as veracidades que é de cunho e de conhecimento público do Estado do Paraná e que esta Casa tenta encobrir aqui perante o povo paranaense.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) -

Com a palavra o PTB.

(Declina).

Com a palavra o PTN.

(Declina).

Com a palavra o PRP.

(Declina).

Com a palavra o PRN.

(Declina).

Com a palavra o PDT.

Concedo a palavra ao Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na semana passada esta Casa aprovou projeto de lei contrário à minha vontade, de autoria do Deputado Hermas Brandão. Um projeto de lei que no meu entendimento até considerado mandraque, porque visa permitir que se institua no Paraná uma série de modalidades de jogos e loterias por decreto.

Isto, na verdade, me deixou bastante preocupado. E até então ele havia sido retirado em segunda votação, mas nós nos afastamos por seis dias para assumirmos a Prefeitura Municipal de Curitiba e nesse período o projeto voltou à Ordem do Dia e acabou sendo aprovado em terceira discussão.

Na verdade, eu ontem dei entrada nesta Casa, num requerimento ao Sr. Procurador Geral da Justiça, Dr. Luiz Chemim Guimarães, fazendo as seguintes observações. (Lê):

"Senhor Procurador.

Conforme é de seu conhecimento, muitas têm sido as divergências em torno da legalidade ou não de promoções denominadas de "bingões". Liminar tem sido concedida e cassada pela Justiça. Projetos de lei com o objetivo de legalizar tal modalidade de jogo, têm sido apresentados nesta Casa de Leis, como foi o recentemente apresentado pelo Deputado Hermas Brandão e outros que estão para serem apresentados.

Os jogos, tipo "bingões", inicialmente realizados em estádios de futebol, pelo vulto passaram a ser eletrônicos, levados que são pela televisão, geram somas fabulosas com destino parcialmente ignorado.

Como comunicador de longa data, temos presenciado inúmeras lides jurídicas no campo penal, onde os jogos de azar sempre foram qualificados como contravenção penal, já que flagrantemente violavam o preceito de lei. Para nós, esses jogos não diferem destes, em forma e características.

Assim sendo, tendo em vista a existência da Promotoria de Defesa dos Direitos e Garantias Constitucionais, Acidentes de Trabalho e de Reparação do Dano Resultante de Crime que se constitui, sem dúvida alguma, em avanço da Justiça pelo pioneiris-

mo dessa douta Procuradoria - que veio permitir ao cidadão comum o conhecimento dos seus direitos, como representante do povo paranaense, nos dirigimos a Vossa Excelência com o fim de buscar esclarecimentos quanto à matéria enfocada.

Inicialmente solicitamos a Vossa Excelência esclarecimentos gerais sobre as modalidades de "jogos de azar" passíveis de repressão penal e quais os autorizados por lei. E, mais especificamente, indagamos:

1. Lei Estadual pode instituir jogos realizados através do concurso de prognósticos sobre o resultado de sorteio de números, de símbolos, de times de futebol e outros, promovidos em datas pré-fixadas, com ampla divulgação pública, venda de cartelas antecipadas e com distribuição de prêmios mediante rateio?

2. Entidades privadas, com fins lucrativos, podem legalmente explorar tais modalidades de jogos?

3. A arrecadação obtida através da realização de tais jogos é isenta de pagamento de impostos estaduais ou federais?

Antecipando nossos agradecimentos pelos esclarecimentos que possam ser prestados, aproveitamos o ensejo para reiterarmos a Vossa Excelência os nossos protestos de respeito e consideração.

(a) ALGACI TÚLIO."

São algumas das indagações que fazemos ao Dr. Luiz Chemim Guimarães, Procurador Geral da Justiça, que nós queremos que venha o esclarecimento; porque não podemos admitir que meia dúzia de espertalhões aqui neste Estado que vêm com o apoio de elementos de outros Estados, possa ludibriar o povo do Paraná e possa até ludibriar entidades que fazem assistência social, nesta cidade, neste Estado, que são aquinhoadas com uma miséria de 5%, de 2% do total enorme que foi arrecadado e que na verdade vai servir quem sabe até para alguns desses aproveitadores se lançarem na política das próximas eleições. Mas não é por essa razão, direito a ser político qualquer um tem desde que seja eleitor. Nós não podemos admitir que o Governo do Estado fique silencioso neste momento, que os órgãos de fiscalização do Governo Federal se mantenham calados quando se está aqui burlando a lei, enganando determinadas pessoas que recebem uma ninharia, essas entidades, por culpa do próprio Governo que não repassa verbas para o Recanto dos Velhinhos do Tarumã, para o Asilo São Luiz, para tantas outras entidades, e essas entidades são convidadas por essa máfia, que assim pode se chamar, para receberem uma importância, e elas cedem os seus nomes para que o bingo seja realizado em cima dessa entidade social; aí sai a propaganda no jornal e na televisão, bingo do Atlético, bingo do Coritiba, bin-

gão do Colorado, bingão do Pinheiros, apoio Pequeno Cotoengo, apoio Asilo São Luiz, apoio Recanto dos Velhinhos do Tarumã. E o povo que compra acredita que uma enorme gama de dinheiro vai ser entregue a essas entidades, quando na verdade isso não acontece.

Como Deputado Estadual, como representante do povo deste Estado não posso silenciar, não posso admitir que isso aconteça e esta Assembléia Legislativa deu um exemplo negativo por que ela não poderia ter aprovado este Projeto de Lei "mandraque", que permite a criação de novos tipos de jogos, e que permita ao Governador, por Decreto, criar qualquer tipo de loteria neste Estado; este País já é um cassino, e vamos transformar o Estado do Paraná também num cassino em potencial, minha gente, que vai beneficiar uma meia dúzia de aproveitadores em detrimento ao povo do Paraná que paga cinquenta cruzados numa cartela, são milhares de cartelas para uma meia dúzia ganhar.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Está extinto o tempo de Vossa Excelência.

O SR. ALGACI TÚLIO - Eu quero completar Senhor Presidente, deixar aqui colocado o meu protesto a esse projeto aprovado, e dizer que ontem já dei entrada nesta Casa encaminhando ao Procurador Geral da Justiça, e nós vamos procurar lutar pelos direitos do povo do Paraná, e principalmente alertando essas entidades assistenciais que não se devem deixar enganar sendo usadas por esses elementos que estão se aproveitando da boa fé desta gente, a gente do Paraná.

É este o meu protesto.

O SR. JOSÉ FELINTO - Parabênizo Vossa Excelência pelo seu pronunciamento.

O SR. ALGACI TÚLIO - Muito obrigado, Deputado, meu tempo já está esgotado.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Pela ordem) Gostaria de registrar a presença do ex-deputado Tércio Albuquerque.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa registra com satisfação a presença do ilustre visitante.

EMDB com a palavra.

PMB com a palavra.

Concedo a palavra ao Deputado José Felinto.

O SR. JOSÉ FELINTO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, quero parabenizar-me com o Deputado Algaci Túlio que traz a denúncia desse jogo, da posição desta Casa com relação aos jogos, a ilusão e a enga-

nação ao povo do Paraná. (Lê):

"Senhores Deputados.

O Paraná, tanto quanto o Brasil, vive momento de inusitada transição. Temos assistido, no campo da política da economia e nos diversos segmentos que compõem o tecido social a transformações rápidas e suficientemente significativas, a ponto de nos colocar em dúvida sobre qual o caminho a seguir.

Aliás, eu, pessoalmente, tenho estado no cerne de alguns acontecimentos, muitos dos quais levam os meus pares a refletir sobre a real personalidade deste companheiro de lutas, que, tenham certeza, só tem um compromisso principal, que é com a verdade.

E, sem prejuízo de outros pronunciamentos futuros, certamente mais atraentes no que tange ao combate corpo-a-corpo que hoje se trava no Paraná e por este Brasil à fora, desejo focar algumas verdades sobre a SANEPAR, entidade da administração indireta do Governo Álvaro Dias. Estou ciente de que ontem, nesta Casa, levantou-se a questão de que haveria uma fraude em andamento na SANEPAR, destinada a contemplar uma empresa de construção civil, que estaria fadada a celebrar a contratação das obras do sistema Passaúna, cuja licitação está em curso neste momento. Ocorre, que também recebi a denúncia, em minha casa, ilustrada por documentos Apócrifos, de que a vencedora da referida licitação seria a conhecida empresa Paranapanema, também habilitada e participante do referido concurso licitatório.

Ora, Senhores Deputados, o que devo fazer? Denunciar a Paranapanema como parte de um conlúio? Denunciar a SANEPAR como um todo ou à sua diretoria? Insinuar que a corrupção está instalada no Governo Álvaro Dias? Nada disso, meus Senhores. Estas denúncias tratam-se de meros devaneios daqueles que desejam instalar o tumulto em nosso meio, lançar a opinião pública contra esta Casa e os seus membros, manchar a imagem idônea de um Governo correto que, mais do que outro em qualquer época tem zelado pela coisa pública.

Cartas anônimas estão sendo distribuídas, telefonemas estão sendo dados às dezenas, outras denúncias virão, com certeza, mas não será por meu intermédio que os inimigos da transição democrática conseguirão manchar a imagem dessa empresa séria, competente e idônea, que é a construtora Paranapanema.

Aliás, Senhores Deputados, tenho em meu poder imenso acervo de denúncias apócrifas, versando inclusive sobre a honra e a dignidade pessoal de alguns dos mais ilustres membros desta Casa. Mas,

saibam os Senhores Deputados, que estas denúncias têm um destino certo: a lata de lixo, para onde também foram as fotografias que recebi recentemente. Igualmente para a lata de lixo devem ir aqueles que tentam envolver as construtoras DM, Mendes Júnior e CBPO em tramóias exóticas, bem como a construtora Camargo Corrêa, que como Andrade Gutierrez estaria pronta a abocanhar generosa fatia do orçamento do Estado do Paraná.

Não sou defensor das empreiteiras, mesmo porque delas não recebo favores, sequer conheço o sindicato de classe neste Estado; mas tenho, como já disse, meu compromisso com a verdade.

Estive nesta Casa com uma voz ativa no momento em que uma empreiteira que queria abocanhar mais de 103 milhões de dólares, que poderia muito bem ser pago aos funcionários públicos que ora reclamam os seus direitos, e poucas foram as vozes que aqui se levantaram a este respeito.

Aliás, em nome da verdade, vale dizer que esta Casa não faltou com o seu apoio à solução que seria natural no episódio de Salto Segredo. Mas, o Governo Álvaro Dias impediu o assalto iminente ao Erário Público, luta esta não terminada e repleta de lances heróicos.

Não sou homem de mandar recados, mas como não conheço esses sórdidos caluniadores que se escondem no anonimato, saibam estes que não encontrarão guarida no Deputado José Felinto, e muito menos no seio desta Casa, porque as denúncias sem fundamento respondemos com a força da autoridade moral de quem detém a verdade, o decoro e o respaldo popular.

Tenho dito".

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Aníbal Khury) Encerrado o Horário das Lideranças passa-se à Ordem do Dia

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Pela ordem, Senhor Presidente

Senhor Presidente, nós, a respeito da CPI da Saúde, há algum tempo o PDT vem reclamando as irregularidades na representação dos Partidos políticos nesta Comissão.

Ao se destacar, Senhor Presidente, que nós do PDT. Que somos cinco Deputados, tínhamos apenas um representante. Com as alterações das legendas partidárias nesta casa o PMDB mantém a maioria, representada por indicações do PMDB, hoje em outros partidos. É o caso, Senhor Presidente, do Partido da Reconstrução Nacional, com cinco representantes, que possui dois membros na CPI da Saúde e também da operação do nobre Deputado José Felinto, que deixou o PMDB e ingressou no Partido Municipalista

Brasileiro, que, atualmente, preside a CPI da Saúde. Também, Senhor Presidente, a ausência, com essa irregularidade, dos demais partidos de Oposição nesta CPI, nós requeremos a V.Exa. a extinção imediata, o arquivamento imediato da CPI, cumprindo, desta forma, o Regimento Interno.

Era isso, Senhor Presidente.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela ordem) - Senhor Presidente, é esta a situação que vive, hoje, o Paraná e o Brasil: o descrédito do homem público.

O Deputado Valderi Vilela, lamentavelmente, vem mostrar às galerias o descrédito que vive o homem público. V.Exa. que participou da CPI da Saúde e que renunciou vem hoje à Assembléia Legislativa, porque está envolvida, Senhor Presidente a integridade deste Poder Legislativo, e eu também participei de algumas reuniões da CPI e não vou admitir, de forma nenhuma, que a população do Paraná não tenha o conhecimento da verdade: quem é o irresponsável, se é o Secretário da Saúde ou se é o Presidente da Associação Médica do Paraná. Nós não podemos viver mais nos omitindo, meu caro Deputado Valderi Vilela, quando há denúncias de irregularidades nós temos que provar para a população do Paraná, seja quem for o responsável.

Admito que V.Exa. venha dizer que o Deputado Felinto hoje, não é mais o PMDB, é do PMB, não pode ser o Presidente, mas se ele era o vice-Presidente, quando da renúncia do Presidente, cabe a ele assumir a responsabilidade, se não coubesse essa responsabilidade, imediatamente, tinha que ser feito uma nova eleição na Comissão da CPI. O que eu não vou admitir como Deputado integrante da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, é que a população não tenha conhecimento da verdade, Senhor Presidente.

Meu caro Presidente, Deputado Aníbal Khury, a quem tenho grande respeito, essa história de que já venceu o prazo, essa história de que o Felinto não pode presidir não vai convencer o Deputado Dirceu Manfrinato. Eu quero que o povo saiba, se o Secretário da Saúde cometeu irregularidades, ele deve ser processado criminalmente; se o Presidente da Associação Médica fez calúnias e não prova, tem que ir para a cadeia também, Senhor Presidente.

Eu faço um apelo, Deputado Aníbal Khury, há um requerimento que está na Mesa com V.Exa. de que os Senhores Deputados - se expirou o prazo - votem no requerimento dando um prazo, por que amanhã será, Deputado Valderi Vilela, o dia em que o Senhor Secretário da Saúde, Delcino, virá depor e eu não vejo por que vocês querem se omitir de ouvir o Secretário da Saúde, que até agora só recebeu as acusações. Então, se-

ria antidemocrático se se cometesse essa injustiça.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. VALDERI VILELA (Pela ordem) - Senhor Presidente.

O SR. HAROLDO FERREIRA (Pela ordem) - Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa solicita aos senhores Deputados que peçam palavra, PELA ORDEM, no sentido dessa comissão, quando a Mesa der o seu pronunciamento.

O SR. VALDERI VILELA - Só a título de esclarecimento, nobre Presidente, porque dá a entender...

O SR. FERRARI JÚNIOR - Eu me inscrevo, também, depois para esclarecimento...

O SR. VALDERI VILELA - ... dá a entender que o Deputado Valderi Vilela quer esconder as irregularidades praticadas pelo "SUDS"...

O SR. DIRCEU MANFRINATO - É o que V.Exa. demonstrou, agora, Deputado...

O SR. VALDERI VILELA - ... Na verdade, nobre Deputado...

O SR. DIRCEU MANFRINATO - ... V.Exa. pediu a extinção...

(TUMULTO NO PLENÁRIO)

(SOAM OS TÍMPANOS)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 43 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Ofício de nº 08/89 de autoria do Senhor Vice-Governador do Estado, constante do expediente, solicitando autorização para afastar-se do País, por algumas horas, nos dias 25 e 27 do corrente mês, quando irá proferir palestra no município de Foz do Iguaçu. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado José Afonso Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. - **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Werner Wanderer, constante do expediente. Necessita de apoio. - **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Sabino Campos, constante do expediente.

Necessita de apoio. - **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 03 (três) de autoria do Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, constantes do expediente. Necessitam de apoio. - **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Mensagem sob nº 85/89, de autoria do Senhor Governador do Estado, constante do expediente, apresentando o Substitutivo ao anteprojeto de lei referente ao Orçamento-Programa e atualização do Orçamento Plurianual de Investimentos - OPI para o exercício de 1990, solicitando seja anexado ao Projeto de Lei nº 257/89. - À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando preferência de votação para os Projetos de Lei nºs 317, 318, 319, 320/89, bem como para o Projeto de Resolução nº 67/89, constantes da Ordem do Dia da presente sessão. - **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando preferência de votação ao Projeto de Lei nº 298/89, bem como para os Projetos de Resolução nºs 68/89 e 70/89, constantes da Ordem do Dia da presente sessão. - **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei nº 305/89, constante da Ordem do Dia da presente sessão. - **Aprovado.**

De conformidade com os requerimentos de preferência de votação acima aprovados:

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 317/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 81/89), dispõe que aos Servidores Públicos Civis do Quadro Geral do Poder Executivo e aos Servidores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, dos órgãos da Administração Direta e Autárquica, fica concedido um abono provisório mensal de NCz\$ 300,00 (trezentos cruzados novos), a título de antecipação salarial. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral da Assembléia, por unanimidade.

Sobre o referido projeto, emendas aditivas de Plenário, em número de três, de autoria dos Srs. Deputados Nereu Carlos Massignan, Luiz Carlos Alborghetti e Raul Lopes, devidamente apoiadas nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01, AO PROJETO DE LEI Nº 317/89

§ 3º - Os benefícios previstos no art. 1º da presente lei serão extensivos ao Magistério, nos termos do Art. 62, parágrafo único da Lei Complementar nº 7, de 22 de dezembro de 1976 (Estatuto do Magistério).

Sala das Sessões, em 22.11.89.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

Apoio: PEDRO TONELLI, RAUL LOPES,
ALGACI TÚLIO e LUIZ ANTÔNIO SETTI

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE N° 02

Inclua-se no art. 1° o seguinte parágrafo:

Art. 1° - ...

§ - Aplica-se ao pessoal do magistério o disposto no "caput" do art. 1°, conforme parágrafo único do artigo 62 do Estatuto do Magistério.

Sala das Sessões, em 22.11.89.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Apoio: AMÉLIA HRUSCHKA, DAVID CHERIEGATE, TADEU LÚCIO MACHADO e BASÍLIO ZANUSO.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda justifica-se pelo fato de que o benefício concedido (abono provisório mensal) pelo Projeto de Lei n° 317/89 não alcança os professores da rede estadual, o que, em última análise, fere o princípio da isonomia com que devem ser tratados os administrados.

Ao excluí-los, ou melhor, ao não incluí-los como beneficiários do aludido abono feriu-se frontalmente o princípio constitucional mencionado.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE N° 03

Inclua-se no art. 1° após a palavra *civis*, a expressão "e militares".

Sala das Sessões, em 22.11.89.

(a) RAUL LOPES

Apoio: Luiz Carlos Alborthetti, Nelson Vasconcellos, Acir Mezzadri, Tadeu Lúcio Machado, Lindolfo Júnior, Luiz Antônio Setti, Pedro Tonelli, Antônio Costenaro Neto, Ezequias Losso, João Arruda, José Rogério Carvalho.

JUSTIFICATIVA:

É discriminatório o projeto de lei, sem a inclusão dos funcionários ou servidores militares estaduais, posto que, somente aqueles ficarão excluídos da percepção do abono referido.

Ainda sobre o referido projeto, emenda substitutiva de plenário, de autoria do Sr. Deputado José Felinto, nos seguintes termos:

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO

AO PROJETO DE LEI N° 317/89

Substitua-se no Projeto, o seguinte: onde diz "... fica concedido um abono provisório mensal de NCz\$ 300,00 (trezentos cruzados novos) ..." por "...fica concedido um abono provisório mensal de NCz\$ 900,00 (novecentos cruzados novos)..."

Sala das Sessões, em 22.11.89.

(a) JOSÉ FELINTO

Apoio: Brondy Silvério, Algaci Túlio e 01 ilegível.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Sr. Presidente, permita-me uma orientação. A emenda ao Projeto de Lei n° 317 vai ser votada quando?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A emenda de Vossa Excelência tem o número dois e a emenda do Deputado Nereu Massignan tem o número um.

As emendas serão votadas em conjunto.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN (Para encaminhar) Sr. Presidente, Srs. Deputados, demais assistentes desta sessão.

Venho falar em nome da Bancada "Tucana" dos Deputados José Rogério Carvalho, Nelson Vasconcellos, Haroldo Ferreira, Paulino José Delazeri e Raul Lopes.

O PSDB, neste momento em que se discute uma política salarial para o funcionalismo público, não se omitiria. Não podemos tratar as questões salariais pela omissão ou pela negação da dignidade do salário.

A Social Democracia tem claro no seu programa que busca o estado do bem-estar social e que a preferência no conflito entre o capital e o trabalho, a Social Democracia não vacila e fica com o trabalho.

É a forma encontrada resumidamente aqui de se corrigir as distorções, as ignominias, as misérias deste País.

A valorização do trabalho é a valorização do homem. A valorização do trabalho é a dignificação das profissões, é o reconhecimento de que o discurso que se faz aí fora, que a família é a célula da sociedade, esta família só será célula na medida em que ela tenha a segurança e a tranquilidade em casa, quando o chefe de família vê no seu salário dignificada a estrutura familiar.

Isto, infelizmente, não acontece.

Cada vez que o filho traz para casa o valor da mensalidade corrigida, exploradora, dos colégios particulares, o chefe de família, perplexo e silencioso, para não demonstrar ao filho a insegurança, conversa sigilosamente com a esposa, manifestando suas angústias, na impossibilidade do seu pagamento ou na dificuldade em manter o equilíbrio do orçamento.

Quando se discute os aumentos da casa própria também o chefe de família e os funcionários estão incluídos nisto, dialoga silenciosamente com a esposa ou ela com o marido para administrar o orçamento. Depois os que não têm casa própria, escravos da política do aluguel que favorece os especuladores imobiliários e assim vai.

E esse discurso silencioso da mulher,

do marido, esse silêncio, de repente, com justa razão, vai se transformando na manifestação, se transformando no conagraamento de angustiados, de rebelados, de injustiçados, e saem de suas casas e vão aos sindicatos, às assembléias, e percorrem as ruas e escrevem faixas e discutem e descobrem a sua força, porque a verdade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o discurso silencioso no lar é a preparação para a luta maior. Não será com discurso no silêncio do lar que o trabalhador e o assalariado fará as suas conquistas neste País.

Aqui está hoje presente nesta Assembléia, não o silêncio do lar angustiado, mas o grito unificado de um segmento da sociedade paranaense representativo que são os funcionários públicos, a pedir, Deputado Manfrinato, que não haja o descrédito do homem público.

Não, não é possível que nós Parlamentares façamos o endosso e o aval desse silêncio angustiado do lar, mas é possível e é dever que nós façamos aqui hoje o grito da independência do Poder Legislativo, reconhecendo as dificuldades do funcionalismo e abrindo os olhos do governante, circunstancialmente instalado no Palácio, para que reveja os seus programas, se é que tem, e coloque na mesa de negociação como prioridade absoluta, a negociação e o entendimento com as pessoas que convivem com ele, mas convivem permanentemente, que são os funcionários.

De nada adiantará a publicidade denunciada na faixa do Sr. Governador Álvaro Dias, porque a publicidade da televisão é absorvida momentaneamente. Bastam 30 dias de propaganda eleitoral gratuita para se destruir o programa da televisão.

Este recado já foi dado no ano passado nas eleições municipais. Passaram-se alguns dias e se desmoronou o "clip" televisivo do Governo do Estado, desmoronou-se aquelas imagens bonitas de estradas, de conservação de solo, de esmolas, de 3 milhões e 500 mil pessoas assistidas pela FASPAR. Meu Deus! é quase um terço da população paranaense; de 5 milhões de pessoas assistidas por abastecimento de água, e são já 8 milhões; são 6 milhões de eleitores.

De nada adianta fazer da televisão o canal do diálogo porque a televisão é um aparelho que aparentemente conversa com você, funcionário público, e conosco, sociedade paranaense. Mas é um aparelho frio, morto, não tem a sensibilidade do coração, da alma, do espírito, da formação política.

Governador Álvaro Dias, saia dos laboratórios de gravações das suas propagandas; distancie-se um pouco do seu secretário de Comunicação Social, Fábio Campana,

e esqueça as assessorias de "marketing" político; afaste-se das fotografias coloridas que vão compor este quadro publicitário; abra as portas do Palácio - e se esses comunicadores especialistas acharem temeroso isto, procure o melhor comunicador que é o povo, que são os seus funcionários; venha, abra a porta do Palácio e converse com eles à frente do Palácio, na rua, na Assembléia, na assembléia do sindicato, em qualquer lugar, e o senhor sentirá que há o pulsar humano; faça com que a televisão venha gravar o diálogo e esta será a melhor publicidade; abra o seu orçamento; abra o seu discurso; extravase as suas angústias, também, por que não? O diálogo é para isso; adote pelo menos aquele método tão antigo, mas não antiquado, o próprio método socrático da pergunta e da resposta. Não precisa se aprofundar nos filósofos que possam justificar a sua postura de poder, pegue o mais simples dele - Sócrates, e faça esse jogo de perguntas e respostas, que é o mais simples mas é o mais digno.

Falava-se aqui no descrédito do homem público. Descrédito, Deputado Manfrinato, é deixar uma greve atingir 30 dias sem que haja uma possibilidade de entendimento. A desculpa foi dada hoje de novo aos parlamentares que lá estiveram conversando com o Governador.

Governador, responda-me essa manchete do jornal "O Estado do Paraná", de sexta-feira, 11 de novembro de 1989: "ICMS, o imposto que tirou o Paraná do vermelho", e a notícia diz: "A reforma tributária e o ICMS engordaram os cofres do Estado que deverão crescer 12% reais este ano. O problema são os salários que ameaçam engolir toda a receita". Repito: "O problema são os salários".

Não, Governador, salário não é problema, salário é solução, Governador! Acabamos de assistir aos debates dos presidenciais, tivemos uma eleição no dia 15, esse assunto foi sumamente debatido e esgotado pelos próprios candidatos a Presidente. Esse discurso de que salário é problema, Governador, é um discurso antiquado, é o discurso da desculpa, é o discurso da indignidade. Salário não é problema para quem não vive de salário, para quem tem rendas próprias, para quem tem capital acumulado, para quem pode especular, para quem pode jogar com o dólar, para quem pode jogar no paralelo ou no oficial - eu não entendo muito bem isso, essas especulações, Governador, para esses não há problema de salário, eles não vivem de salário. Não há problema de salário para o banqueiro? Claro que não. A sua preocupação são os depósitos e o volume de dinheiro que vai emprestar ao governo, aos índices de 60% ao mês, ao dia do "over" e

do "open" e essas coisas todas.

Salário não é problema. Estamos aqui para, inclusive usando argumentos do próprio governo, dizer: "IPARDES - ESTRUTURA SALARIAL NO MERCADO DE TRABALHO URBANO DO PARANÁ- 81-85. Eu já citei isso aqui na Assembléia e volto a falar. Pensar hoje uma política de contenção dos reajustes salariais, significa, provavelmente, um caminho sem retorno para grande parte da população.

Como falar em recessão, em contenção de salários, quando 33,7% das famílias no Paraná e 36,3% no Brasil ainda recebem até hoje, dois salários mínimos? "Na verdade dever-se-ia estar caminhando no sentido da reconstrução da sociedade no resgate desta imensa dívida social, para o qual é fundamental uma política de redistribuição das rendas que privilegie a classe trabalhadora".

Palavras, Sr. Governador, do IPARDES, instituto administrado por Vossa Excelência, e conseqüentemente endossado pela sua assinatura, já que aqueles diretores do IPARDES são pessoas de confiança do seu governo.

"MENSAGEM à Assembléia Legislativa - 1988, do Sr. Governador Álvaro Dias"-LEIO:

"O nó financeiro segue o processo clássico, menor atividade econômica nível mais baixo de arrecadação". Não é o que diz "O Estado do Paraná", que informa de um crescimento real de 12%.

"Receitas corroídas pela escalada inflacionária, e pronto. O efeito tão previsível como as fases da lua produziu esse estrago. O ICM então recolhido pelo Tesouro em 87, ficou 15% aquém do resultado de 86 em termos reais. Não omitiremos dois fatos, dois fortes coadjuvantes do apertado nó financeiro que nos ameaça: desalinhamento de preços, sugestões no disparo e gatilho ...", naquela época.

E como esquecer uma singularidade do Estado do Paraná? Pergunta o Governador Álvaro Dias. Somos a unidade da federação que mais financia seus gastos com o ensino superior e como não lembrar o quadro de aposentados que há dez anos não passavam de 1/10 do quadro efetivo, hoje está próximo de 1/3, Francamente, o irrealismo e a generosidade da afirmação concorrem para o alarmante crescimento da massa dos salários do governo, acima das taxas de desenvolvimento da nossa economia."

Não, Sr. Governador, o senhor disse aqui que a agricultura cresceu 8%, que a indústria cresceu 3%.

Não, esta é a desculpa para não tratar o salário com dignidade. Dois documentos com a assinatura do governador. E uma manchete que exalta o Estado do Paraná com crescimento real de 12%. Razão por que o

PSDB; marcando a sua posição nesta Assembléia, vem hoje votar a favor da correção dos salários pelo IPC integral, nos termos da proposta do Deputado Lindolfo Júnior.

Faço um apelo à bancada do PMDB, vamos tratar do salário com dignidade. Vamos fazer com que as famílias dos funcionários públicos, em casa, possam falar alto e perto de seus filhos. O meu salário permite pagar a mensalidade. O meu salário permite pagar a prestação da casa própria. O meu salário permite pagar o aluguel. O meu salário permite andar de ônibus ou de carro para o meu trabalho. Enfim, o meu salário permite eu não ficar surdo perante os meus filhos, para não transmitir a eles as angústias de um funcionalismo público que hoje é tratado como se fosse mero instrumento de trabalho, não se reconhecendo a sua dignidade, não lhe dando a dimensão que o Estado precisa do seu corpo laborativo.

Não, Governador. Não faça este discurso se transformar naquela passeata maravilhosa que vi, em que os funcionários adentraram à frente do Palácio, num recado democrático do direito da greve, pedindo a Vossa Excelência, que abrisse as portas. Faço, repito, como Sócrates, jogue a pergunta e espere a resposta!

Funcionários públicos, espero, ainda tenho a esperança de que vocês também possam, como Sócrates, jogar a pergunta ao Governador e esperar a resposta. Sem diálogo não há democracia.

Não quero repetir, no futuro, aquilo que já disse do Governador Álvaro Dias, que foi um bom aluno do Governo Sarney, mas um péssimo professor de Democracia. Inverta este conceito, Governador! Abra as portas ao funcionalismo. Abra o seu governo. Mostre seus gastos com a publicidade! Refaça seus programas. Coloque como prioridade o ser humano! Faça do seu discurso na campanha uma realidade! Não nos coloque na situação de fazer com que façamos junto com os funcionários o grito da rebeldia legitimada, para conquistar o direito salarial. Abra as portas do Palácio, Palácio do povo, Palácio de gente, Palácio de funcionários, Palácio de políticos decentes! Se esta porta ficar fechada, Vossa Excelência estará negando estas afirmações que acabei de fazer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Encerrada a discussão, em votação o Projeto de Lei nº 317/89, ressalvadas as emendas. Os Deputados que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado.

Em votação as emendas.

Emenda de autoria do Deputado Nereu Massignan: "Acrescente-se mais um parágrafo ao artigo 1º, nos seguintes termos: os

benefícios previstos no artigo 1º da presente lei, serão extensivos ao Magistério, nos termos do artigo 62, parágrafo único, da Lei Complementar nº 7, de 22 de dezembro de 1976. Estatuto do Magistério". Em discussão. Em votação. Aprovada.

Segunda emenda, de autoria do Deputado...

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO (Pela Ordem) - Eu gostaria que Vossa Excelência declinasse da votação.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Aprovada a Emenda...

O SR. NEREU MASSIGNAN (Pela ordem) - É matéria vencida. Vossa Excelência já promulgou o resultado. O nobre líder do PMDB...

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Vossa Excelência tem o direito de ...

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Deputado Nereu Massignan, Vossa Excelência poderia deixar de histerismo. Eu não estou discutindo com o Presidente, se deve estar aprovada ou não. Eu apenas pedi o resultado da votação.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Ela foi aprovada.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Eu concordo com Vossa Excelência. Foi aprovada. E o resultado?

O SR. NEREU MASSIGNAN - Por maioria, ora! Vossa Excelência não entende!

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Por maioria.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Sr. Presidente, para justificativa de voto.

O SR. NEREU MASSIGNAN - Registre-se contra o voto de Vossa Excelência, nobre Líder do PMDB!

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - (Lê): Emenda do Deputado Luiz Carlos Alborghetti.
Em votação.

O SR. NEREU MASSIGNAN (Pela ordem) - Esta emenda não é igual à emenda anterior, já aprovada?

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - É mesmo. Em votação.

O SR. NEREU MASSIGNAN - Mas isto não prejudica a anterior?

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Não. Em absoluto.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Não pode votar votar duas vezes a mesma emenda.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - É redundante. É a mesma emenda.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Prejudicada.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Vamos fazer o seguinte: eu não sabia que V. Exa tinha entrado com a emenda. A emenda que eu entrei, aqui, é para fazer com que os professores da rede estadual tenham o direito, também, de comer e de viver. Então, se é a mesma ...

O SR. NEREU MASSIGNAN - Nobre Deputado Alborghetti, vamos fazer o seguinte: eu compartilho da autoria da emenda com V. Exa e consideramos aprovada a emenda anterior.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - A Presidência considera os dois autores e está aprovada.

(Lê): Emenda de autoria do Deputado Raul Lopes.

Em votação APROVADA.

(Lê): Emenda de autoria do Deputado José Felinto.

Em votação. APROVADA.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 318/89, de autoria da PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO, dispõe que aos ocupantes dos cargos dos Servidores Auxiliares do Ministério Público do Estado, fica concedido um abono provisório mensal de NCz\$ 300,00 (trezentos cruzados novos), a título de antecipação salarial. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLEIA, por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 319/89, de autoria do TRIBUNAL DE JUSTIÇA, dispõe que aos Servidores do Poder Judiciário do Estado, fica concedido um abono provisório mensal de NCz\$ 300,00 (trezentos cruzados novos), a título de antecipação salarial. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLEIA, por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 320/89, de autoria do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, dispõe que aos Servidores do Tribunal de Contas do Estado, fica concedido um abono provisório mensal de NCz\$ 300,00 (trezentos cruzados novos), a título de antecipação salarial. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLEIA, por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

lo de antecipação salarial. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA, por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 67/89, de autoria da COMISSÃO EXECUTIVA, dispõe que aos Servidores do Poder Legislativo, fica concedido um abono provisório mensal de NCz\$ 300,00 (trezentos cruzados novos), a título de antecipação salarial. Aprovado, artigo por artigo.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 298/89, de autoria do Deputado ARTAGÃO MATTOS LEÃO, que institui a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, extingue a Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 95 de 30.10.89).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
AO PROJETO DE LEI N° 298/89

De autoria do Deputado Artagão de Mattos Leão, o Projeto de Lei n° 298/89 objetiva instituir a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e extingue a Secretaria de Estado da Indústria e Comércio.

Encontra-se tal Proposição detalhadamente instruída quanto aos seus finais objetivos e amplamente justificada no tocante ao mérito da questão.

Com respeito às questões a que esta Comissão é chamada a opinar e, verificando-se a Constituição Estadual, em seu Art. 53, inciso X, verifica-se a legitimidade da competência desta Assembléia, com a sanção do Governador, para dispor sobre a matéria objeto do presente Projeto de Lei.

Assim sendo, somos levados a entender que merece guarida a Proposição, dando-lhe parecer FAVORÁVEL, e opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 21.11.89
(a) Cândido Bastos
Presidente e Relator

QUADRO SÍNTESE

Estratégia e Programas da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico do Paraná 1989/1990

MISSÃO	DIRETRIZES	OBJETIVOS	PROGRAMAS
Coordenar, articular, estimular e fomentar o processo de desenvolvimento científico, tecnológico e econômico no Estado do Paraná.	Inserção do Ensino Superior no contexto sócio-econômico	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliar e planejar o Sistema de Ensino Superior. • Promover a qualificação do ensino superior. • Redimensionar a extensão universitária. • Promover maior interação do ensino superior com outras entidades e órgãos afins. • Estimular a pesquisa científica, tecnológica e a produção intelectual. • Estimular a qualificação de recursos humanos especializados em áreas tecnológicas estratégicas. • Criar mecanismos para facilitar a transferência de tecnologias das instituições de pesquisa para a sociedade e setor produtivo. • Promover e estimular o debate sobre a importância do desenvolvimento científico e tecnológico para a economia paranaense. 	<ul style="list-style-type: none"> • Programa de Aprimoramento do Ensino Superior • Programa de Capacitação Docente. • Programa de Fomento à Integração das IES na Sociedade • Programa de Fomento em Ciência e Tecnologia • Programa de Informações em Ciência e Tecnologia • Programa Paranaense de Biotecnologia • Programa Paranaense de Química Fina • Programa Paranaense de Novos Materiais Industriais • Programa Paranaense de Mecatrônica • Programa de Qualificação de Recursos Humanos nas Áreas Estratégicas • Programa de Articulação Tecnológica / Balcão de Tecnologia • Programa de Apoio, Criação e Atração de Empresas de Base Tecnológica e/ou Tecnologia de Ponta - PROTEC • Programa de Apoio Empresarial • Programa de Apoio a Novos Investimentos • Programa de Articulação e Cooperação Técnica Nacional e Internacional • Programa de atendimento a Prefeituras e Entidades de Classe
	Inovação Tecnológica	<ul style="list-style-type: none"> • Estimular o setor industrial na implantação de programas específicos de pesquisas e desenvolvimento tecnológico. • Implantar e manter um sistema de informações em ciência, tecnologia, indústria e comércio. • Divulgar e promover a absorção de novas tecnologias de gestão, de processo e de produto pelas empresas paranaenses. 	
	Modernização e Expansão Industrial	<ul style="list-style-type: none"> • Estimular a criação e promover a atração de empresas de base tecnológica avançada. • Estimular o processo de internacionalização de empresas paranaenses. • Estimular a criação de indústrias de base local e promover a consolidação e expansão das empresas existentes. • Divulgar as potencialidades e oportunidades de investimentos visando a atração de empresas de interesse econômico para o Estado. • Fomentar a atividade de mineração no território paranaense. • Estimular maior participação dos produtos paranaenses nos mercados interno e externo, adequando-os às suas exigências. • Intensificar e aperfeiçoar as relações do Governo do Estado com as entidades representativas da indústria e comércio, da ciência e tecnologia e do ensino superior. 	

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 68/89, oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que autoriza a realização de plebiscito, visando a criação do município de Santa Maria do Oeste, desmembrado do município de Pitanga. Aprovado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 68/89

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1° Fica autorizada a realização de plebiscito, visando a criação do Município de Santa Maria do Oeste, desmembrado do Município de Pitanga, com as seguintes divisas:

"Tem como ponto inicial e final a Foz do Rio da Prata no Rio Cantu. Do ponto inicial, sobe pelo Rio Cantu até a sua nascente; deste ponto segue por linha seca no divisor de águas da Serra de Pitanga (divisa do imóvel Tigre com a Gleba 3 - Rio Feio) até a nascente do Rio Marrequinha; deste ponto, segue em linha reta e seca até alcançar o Rio dos Pocinhos; desce pelo Rio dos Pocinhos até sua foz no Rio Araguaí; desce por este até a Foz do Arroio Buriti; sobe por este até a sua nascente; deste ponto deflete à direita em linha seca rumo Sul até a estrada Santa Maria-Saudades; segue por esta até a divisa com o Município de Turvo na ponte sobre o Rio Bonito; sobe por este até a sua nascente; deste ponto segue rumo Noroeste por linha reta e seca (divisa intermunicipal com Turvo) até a nascente do Rio Caçador ou Bau; desce por este até sua foz no Rio Piquiri; desce por este até a foz do Rio Logrador (divisa intermunicipal com Guarapuava e Cantagalo); sobe por este até a sua nascente (divisa intermunicipal com Palmital); deste ponto segue em linha reta e seca até encontrar a nascente do Arroio Seco; desce por este até sua foz no Rio Caveira; desce por este até sua foz no Rio da Prata; desce por este até a sua foz no Rio Cantu (divisa intermunicipal com Palmital), ponto inicial e final".

Art. 2° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21.11.89

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente

SABINO CAMPOS - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

AO PROJETO DE LEI N° 020/89

PARECER:

Da lavra do Deputado Artagão Mattos Leão, o Projeto de Lei n° 20/89, objetiva criar o município de Santa Maria do Oeste, desmembrado do município de Pitanga, neste Estado, com as divisas que especifica.

Do exame da matéria, verifica-se o

atendimento aos requisitos constitucionais e legais, no tocante a manifestação da Prefeitura Municipal de Pitanga que, juntamente com a Câmara Municipal de Pitanga que, juntamente com a Câmara Municipal, enviou a competente representação, solicitando a iniciativa desta Casa quanto ao assunto em tela.

Também quanto ao restante da documentação, constata-se a existência necessária à tramitação do Projeto de Lei até a final aprovação.

Quanto ao aspecto da constitucionalidade, entendemos livre de vícios de iniciativa e mais quaisquer outros que possam tolher a sanção governamental.

Isto posto, somos levados a opinar FAVORAVELMENTE à sua aprovação, na forma do Projeto de Resolução em anexo.

Sala das Comissões, em 21.11.89

(a) CÂNDIDO BASTOS - Presidente

SABINO CAMPOS - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 70/89, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que autoriza a realização de plebiscito objetivando a criação do município de Virmond, desmembrado do município de Laranjeira do Sul, com as divisas que especifica. Aprovado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 70/89

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito objetivando a criação do Município de Virmond, desmembrado do Município de Laranjeiras do Sul, com as divisas abaixo especificadas:

"Começando no marco P.P.O.N.S.E.W., cravado próximo da confluência do Rio Restinga Grande com o Rio Santa Galo e a ponte de concreto na Rodovia Panamericana BR 277 em confratação com terras do Município de Cantagalo - Pr., segue pela linha perimétrica constituída pelo Rio Cantagalo em sua margem direita no sentido descendente confrontando com terras do Município de Cantagalo-Pr., com vários rumos sucessivos e distâncias até encontrar a confluência do Rio Cantagalo com o Rio Cavernoso. Deste marco segue pela linha perimétrica constituída pelo Rio Cavernoso em sua margem direita no sentido descendente confrontando com as terras do Município de Guarapuava - Pr., com vários rumos sucessivos e distâncias até encontrar a confluência do Rio Cavernoso com o Rio Tapera em sua margem direita no sentido ascendente confrontando com terras do Município de Laranjeiras do Sul - Pr., com vários rumos sucessivos e distâncias até encontrar a ponte de concreto no Rio Tapera a a Rodovia Panamericana BR 277 que se dirige para

Laranjeiras do Sul - Pr., deste ponto segue pela linha perimétrica constituída pelo Rio Tapera em sua margem direita no sentido ascendente confrontando com terras do Município de Laranjeiras do Sul - Pr., com vários rumos sucessivos e distâncias até encontrar a cabeceira do Rio Tapera onde encontra-se um marco de divisa dos Municípios de Laranjeiras do Sul - Pr., e de Cantagalo - Pr., deste marco segue por uma linha seca poligonal perimétrica com um percurso retilíneo, confrontando com terras do Município de Cantagalo - Pr., com o rumo NE 16°15' SW e mediu-se 690,00 m. onde encontra-se a cabeceira do Rio Restinga Grande na linha perimétrica. Finalmente, deste ponto segue pela linha perimétrica constituída pelo Rio Restinga Grande em sua margem direita no sentido descendente confrontando com terras do Município de Cantagalo - Pr., com vários rumos sucessivos e distâncias até encontrar a confluência do Rio Restinga Grande com o Rio Cantagalo onde começou e que encerra a demarcação desta área".

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21.11.89

(a) CÂNDIDO BASTOS - Presidente

SABINO CAMPOS - Relator

Apoiamento: Valderi Mendes Vilela, David Cheriegate e Antônio Costenaro Neto.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 305/89, de autoria do Deputado Lindolfo Júnior, que autoriza o chefe do Poder Executivo a reajustar mensalmente, pela variação do Índice de Preços ao Consumidor (I.P.C.), os vencimentos dos Servidores Públicos do Estado. (Publ. no DA. nº 97, 06.11.89).

Sobre o referido projeto, Parecer da Comissão Geral do Plenário, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE LEI Nº 305/89

PARECER:

O presente plano de lei, de autoria do Deputado Lindolfo Júnior, tem por objetivo autorizar o Chefe do Poder Executivo a reajustar mensalmente, pela variação do Índice de Preços ao Consumidor (I.P.C.), os vencimentos dos servidores públicos do Estado, a partir de 1º de dezembro de 1989.

Quanto ao mérito, a medida é justa e necessária, pois, o servidor público não suporta mais a corrosão de seus vencimentos nos níveis atuais em que se encontra a inflação.

Quanto ao aspecto legal e constitucio-

nal, nada há que impeça sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação. É o parecer.

Sala das Comissões, em

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

LINDOLFO JÚNIOR

Relator.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO - (Pela Ordem)-

Senhor Presidente, já foi colocado em discussão, 3ª. Discussão o Projeto de Resolução nº 65/89 que eu pedi preferência de votação junto com os outros? O meu requerimento foi aprovado antes do requerimento do Deputado Lindolfo. Os outros projetos meus já foram votados. Apenas coloca o nº 65/89, e já coloca o dele em seguida.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - O requerimento de Vossa Excelência não está incluído.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO - (Pela Ordem) -

Eu pedi preferência de votação ao 65 e dispensa de redação final.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Mas não está aqui.

Nós vamos colocar primeiro em 3ª. Discussão o Projeto de Resolução nº 65/89.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 65/89, oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão e Justiça, por unanimidade, que autoriza a realização de Plebiscito visando a criação do município de Candói, desmembrado do Município de Guarapuava, formado com áreas do Distrito de Candói e do Distrito de Paz, com as divisas que especifica. Aprovado.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO - (Pela Ordem)-

Senhor Presidente, já foi colocado em discussão, 3ª. discussão o Projeto de Resolução nº 65/89, que eu pedi preferência de votação junto com os outros? O meu requerimento foi aprovado antes do requerimento do Deputado Lindolfo. Os outros projetos meus já foram votados. Apenas coloca o 65/89 e já coloca o dele em seguida.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - O requerimento de Vossa Excelência não está incluído.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO (Pela Ordem) -

Eu pedi preferência de votação ao 65 e dispensa de redação final.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Mas

não está aqui.

Nós vamos colocar primeiro em 3.^a Discussão o Projeto de Resolução n° 65/89.

Esta presidência designa o Deputado Lindolfo Júnior para Relatar o Projeto de Lei n° 305/89.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Comissão Geral-Parecer do Projeto de Lei n° 305/89.

O presente Projeto de Lei autorizatório tem por objetivo autorizar o chefe do Poder Executivo a reajustar mensalmente pela variação do índice de Preços ao Consumidor - IPC, os vencimentos dos servidores públicos do Estado a partir do dia 1° de dezembro de 1989.

Quanto ao mérito, a medida é justa e necessária pois o servidor público não suporta mais a correção nos seus vencimentos nos níveis atuais em que se encontra a inflação.

Quanto ao aspecto legal, por se tratar de um projeto autorizatório, nada há que impeça a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, o nosso Parecer é favorável.

É o Parecer da Comissão Geral em 22.11.89.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o Parecer do Relator Geral Deputado Lindolfo Júnior. Senhores Deputados que aprovam o Parecer permaneçam como estão.

O SR. ARTAGAO MATTOS LEAO (Pela ordem) - Solicito verificação de votação.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Solicito chamada nominal, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Vai-se proceder à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Pela Ordem) Senhor Presidente, eu gostaria de solicitar ao nosso Líder da Bancada que retirasse este pedido de verificação.

Ontem aqui me posicionei contra o Projeto do Deputado Lindolfo Júnior por entender que é demagógico, vou votar hoje contra, mas eu pediria à minha Bancada que permanecesse aqui para que o Projeto seja votado. E apelo a Vossa Excelência que retire o pedido de verificação de votação.

O SR. ARTAGAO MATTOS LEAO - (Pela Ordem)

Atendendo à solicitação do Deputado Dirceu Manfrinato nós vamos retirar o pedido de chamada nominal reiterando as palavras do Deputado Dirceu Manfrinato que o Projeto do Deputado Lindolfo Júnior somente terá quorum para votação com as Bancadas do PMDB, do PTB, do PMB em Plenário.

Nós vamos dar número para a votação do Projeto, se a Bancada se retirar do Plenário não teremos 28 votos para a aprovação do Projeto.

O SR. NELSON VASCONCELLOS - (Pela Ordem) Senhor Presidente, queria requerer à Mesa que esta votação fosse nominal. (Aplausos).

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa solicita ao Deputado Nelson Vasconcellos que encaminhe o seu requerimento, por escrito.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - (Para encaminhar) Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Pela ordem) Gostaria de fazer um apelo ao Deputado Nelson Vasconcellos de que deixasse a votação transcorrer normalmente, sem tumultuar o processo de votação.

O SR. NELSON VASCONCELLOS - (Pela ordem) Agradeço a participação do Deputado Dirceu Manfrinato, mas eu acho que este momento é muito importante para o funcionalismo público, por isso insisto na votação nominal.

(Aplausos).

O SR. ERONDY SILVÉRIO - (Para encaminhar) Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados.

Apesar do requerimento do nobre Deputado Nelson Vasconcellos eu acho, com o grande respeito que devo ao nobre Deputado extemporâneo. Extemporâneo e tentativa de coação contra os Senhores Deputados que não concordam com o que está sendo votado, mas eu votarei favoravelmente, Senhor Presidente, ao Projeto do nobre Deputado Lindolfo Júnior.

(Aplausos).

E não fiz esta declaração, Senhor Presidente, para receber aplausos, apenas para justificar a coerência do meu comportamento durante 24 anos, nesta Casa.

Eu sempre votei contrariamente aos Projetos de Lei, aos Projetos de Resolução e a outros Projetos que colidiram com a Constituição do Estado, como é o caso do projeto ora em discussão.

Mas por que eu quebro esta minha linha de comportamento? Porque nós estamos vivendo num País, às portas da hiper inflação!

Acho uma luta muito justa e muito humana, não só dos Senhores funcionários públicos mas de todos os segmentos da sociedade, a luta por uma paga justa pelo serviço justo! Porque não é mais possível ninguém viver neste País da inflação de 2%

ao dia. Neste País da fantasia da Nova República! Nova República que tem responsabilidade, inclusive a Bancada dos Tucanos, pela implantação neste País. Responsabilidade do PMDB, responsabilidade dos Tucanos.

Senhor Presidente, é um País de fantasia, em que o assalariado é massacrado diariamente. Por isso eu quebro a minha linha de comportamento e vou votar favoravelmente ao projeto, reservando-me, entretanto, caso ele seja vetado, a analisar as razões do veto. O meu compromisso de votação é para a matéria em tela.

Não concordo, Senhor Presidente, com o histerismo dos ataques que se fizeram ontem e hoje ao Governador do Estado.

(VAIAS DO PÚBLICO PRESENTE)

Senhor Presidente, eu peço a V.Exa que chame a atenção das galerias; eu não pedi aplausos e não admito vaias. Esta é a minha posição que sempre defendi nesta Casa, é de coerência. Eu não estou aqui para agradar funcionário. Estou aqui para dizer aquilo que a minha consciência manda dizer.

Acho o Governador Álvaro Dias um homem sério, uma administração correta, que tem correspondido aos anseios da gente paranaense. As acusações que fizeram hoje ao Governador, de utilizar a verba da comunicação social para divulgar os atos do seu Governo, é prática de todos os governos.

E vou aqui, para refrescar a memória do Deputado Nereu Massignan, dar apenas os dados que os Senhores Deputados têm obrigação de conhecer, porque quem vota as copiosas e generosas verbas de publicidade é esta Casa. Foram os Deputados que votaram por unanimidade até hoje todas as

(O SR. DEPUTADO RAFAEL GRECA MANIFESTA-SE EM PLENÁRIO)

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Eu já chego na Prefeitura de Curitiba também, nobre Deputado Rafael Greca. Eu chego na Prefeitura de Curitiba.

Vejam, Senhores Deputados: em 1982, que foi o último ano do Governo do PDS, no Paraná, o Governo do Estado gastou 650 milhões de cruzeiros em verbas de publicidade. Em 1983, assumindo o Governo José Richa, que diga-se de passagem, Governador honrado, homem de bem, que fez uma grande administração, mas foi quem iniciou o festival do culto a personalidade no Paraná.

Em 1983 o Governo do Estado do Paraná gastou 2 bilhões e 150 milhões, em comunicação social, para uma inflação de 220% na época. Em 1984, pulou para 6 bilhões e 720 milhões de cruzeiros, com uma inflação de 351%. Em 1985, pulou para 12 bilhões, 170 mil cruzados, para uma inflação de 640%.

Então, esta gente não tem o direito de atirar pedra no atual Governador. Então

não compete a esta Casa atirar pedra, porque vieram para aqui as contas do Governador José Richa, e esta Casa aprovou por unanimidade. O primeiro e o segundo ano de gestão de Álvaro Dias, esta Casa aprovou as contas por unanimidade. Ela teria obrigação de na oportunidade levantar dúvidas, não hoje para agradar os funcionários que aí estão, não hoje para fazer teatro.

É preciso que haja sinceridade no homem público; é preciso que a Assembléia assuma a sua parcela de culpa nessas copiosas verbas de publicidade até aqui votadas por esta Casa.

O Senhor Prefeito Jaime Lerner, que também é um homem de bem, meu amigo pessoal, também tem abusado, com as generosas verbas de publicidade que tem o município de Curitiba.

Esta semana circulou a Revista Veja com duas páginas de matéria paga. Não V.Exa não diga que ninguém faz de graça, nem um jornal faz de graça. V.Exa não sacuda a cabeça, porque foi pago e eu sei até quanto foi pago. E vou lhe trazer uma cópia para exibir nesta Casa. Então por quê? Porque atirar pedras no atual Governador, quando todos usam a mesma prática condenável de gastar o dinheiro do povo em publicidade pessoal? Usou o Senhor José Richa, dos Tucanos; usou o Senhor Jaime Lerner, do PDT e o Deputado Rafael Greca; usou o meu Governador, na época de quem eu fui Líder, Ney Braga; usou Paulo Pimentel, Jaime Canet, todos os Governadores usaram. É prática comum, então não se procure impressionar aqui os senhores funcionários com fantasias, com dados falsos, com histerismo, com dramaticidade; nós estamos aqui apenas votando uma autorização ao Governador do Estado e é muito justo o Projeto do Deputado Lindolfo Júnior. Eu não estou dizendo isso para agradar ninguém, é porque a vida está difícil, porque nós temos um Governo central fraco, corrupto, incapaz, que está jogando o povo brasileiro à miséria, ao desespero à fome.

Eu não vi nenhum Deputado aqui reclamar contra o aumento do combustíveis, ocorrido este mês em mais de 50%, quando o compromisso do Governo Federal é de aumentar as tarifas públicas em apenas 90% da inflação, ele as aumentou em 50% acima da inflação e não vi nenhum Deputado protestar, porque a Casa não estava cheia, porque não tinha galeria, porque não tinha teatro.

Eu não gosto do homem público que não é sincero, eu gosto do homem público que assume os atos que pratica, que não é um, quando votar aqui o Projeto de Lei do Deputado Lindolfo Júnior, a ser vetado pelo Governador do Estado, que certamente ele o vetará, eu jogo a minha cabeça que o veto será mantido, porque a votação é secreta,

ninguém vai poder fazer teatro, nem cinema, a votação é secreta, o veto vai ser mantido. Eram essas as palavras que eu queria proferir para justificar o meu voto favorável.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela ordem) - Deputado Anibal Khury, eu gostaria diante das colocações feitas pelo Deputado Erondy Silvério, com relação à Prefeitura Municipal de Curitiba, em função de sermos nós Vice-Prefeito não em exercício por estarmos aqui na Assembléia, mas fazemos parte da administração Jaime Lerner; nós entendemos que o Prefeito tem feito uma série de campanhas educativas, a compra do lixo, o lixo que não é lixo, enfim, procurando com que a cidade seja um pouco mais humana. Diante da afirmação de que na revista Veja há duas páginas, e segundo o Deputado, diz ele que tem o recibo; volto então ao Senhor Deputado Erondy Silvério, que tem sido um homem probo, um homem que tem nos ensinado como agir dentro de um Parlamento e com quem nós aprendemos muito, tenho certeza que sua afirmação na Tribuna não foi uma afirmação leviana. Por esta razão eu solicito que o Deputado Erondy Silvério faça chegar até nossas mãos, porque nós temos responsabilidade perante a cidade que nós representamos, e eu pessoalmente procurarei evidentemente tomar as devidas providências, porque sou um dos maiores críticos pelo gasto excessivo de verbas com comunicação social do Governo do Estado do Paraná. Eu não posso admitir que na minha Prefeitura, na qual nós pertencemos, esteja acontecendo a mesma coisa. Por esta razão eu gostaria de ter em mãos este recibo Deputado Erondy Silvério.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa, a fim de disciplinar os trabalhos, principalmente nesta votação, usar o disposto no artigo 98. (cita o artigo 98). "A Presidência não..."

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Senhor Presidente não há nenhum artigo do Regimento sendo violado. Acontece que fui chamado para uma resposta e quero brevemente dizer que não afirmei que tenho o recibo, eu afirmei que conseguiria.

Eu não estou aqui para agradar funcionário público, eu não estou aqui pedindo aplausos e nem vaias, eu disse que conseguiria o recibo, e vou consegui-lo. E também não condenei as campanhas do Prefeito da cidade, são úteis e necessárias, é comunicação social, mas o que pode para o Prefeito de Curitiba o que podiam fazer os ex-Governadores, pode certamente o atual.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. RAFAEL GRECA - Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Deputado Rafael Greca está na vez. Para encaminhar a votação do Parecer do Deputado Lindolfo Júnior.

O SR. RAFAEL GRECA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores cidadãos que estão neste Plenário. Que bom que o povo venha sempre à Assembléia para ver o teatro da sombra e da luz, da sinceridade e da insinceridade. Tomara venha o povo sempre à Assembléia assistir à votação nominal, revogue-se a votação secreta, não haja jamais o jogo das cartas marcadas. Viveremos bem o Deputado Erondy Silvério e eu, o jogo da claridade e da limpidez quando a verdade será servida à mesa ainda antes da sobremesa.

O Prefeito Jaime Lerner, Deputado Anibal Khury e Senhores Deputados, tem pautado a sua administração por campanhas publicitárias voltadas para a elucidação do povo. Quando se ensina a separar o lixo mostra-se que há lixo que não é lixo, e se faz isso, é interesse do povo.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, tais coisas que faz o Senhor Prefeito na televisão não podem ser qualificadas como publicidade laudatória, muito menos podem ser qualificadas como tentativa de manipulação da opinião pública do Estado, mas o que está em discussão para que não se aflija a Bancada do Governo, não é a oportunidade ou não da figura nacional do Senhor Jaime Lerner ser citada por Millor Fernandes, pela revista Veja, pela Fernanda Montenegro, pelos grandes do Brasil e do mundo como figura nacional que é na sua especialidade. O que está em discussão, Senhor Presidente ...

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Senhor Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - V.Exa. mencione o artigo que está sendo violado.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Artigo 97.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não procede.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Artigo 98.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - V.Exa. tem 10 minutos para encaminhar a votação.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Senhor Presidente, pela ordem, artigo 98 se V.Exa.

assim acatar. Porque ontem eu disse artigo 97 e fui criticado pelo Deputado Lindolfo Júnior, e V.Exa. devia ter entendido então que houve erro do Deputado Lindolfo Júnior.

O que eu queria pedir Senhor Presidente, é que os Deputados que usarem da Tribuna se atenham exatamente no Projeto do Deputado Lindolfo Júnior que nós estamos discutindo. Aqui não adianta ficar elogiando Jaime Lerner, falar sobre comunicação social. Nós temos que falar em cima do Projeto, e não em outras coisas não Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA - Muito obrigado!

S.Exa. interrompeu-me no aposto de meu pensamento, mas, vou concluir. Eu dizia o seguinte, "entre vírgulas" Deputado Manfrinato, que não é a dotação publicitária de Palácio, ou a dotação publicitária da Prefeitura que se deve discutir aqui, deve se comparar isto sim a prática do Governo democrático e trabalhista de Curitiba, com a prática do Governo do Palácio Iguazu.

As perdas salariais do funcionalismo público municipal estão quase zeradas, e se Deus for servido serão zeradas até o final do ano. Nós as recebemos do Governo do PMDB, do Governo do Senhor Renato Requião agravadas, fundas, delacerando os orçamentos familiares. E nós ao longo do processo inflacionário fizemos por corrigi-los. Nós enfrentamos um Sindicato combativo, aguerrido, até politizado, em excesso, quando não, muita vez manobrado pela mão do PT. Nós os recebemos em Palácio, conversamos com eles em Palácio, e conseguimos quase zerar as perdas salariais.

Não exulto o Deputado Pedro Tonelli, porque deve a administração pensar que além de uma República Sindicalista, o Brasil precisa ser a Pátria que busca o bem comum, de todo o povo.

A palavra do Prefeito, Deputado Algaci Túlio assistiu, quando recebia os negociadores, dizia o seguinte:

"Há um limite, que é o limite do bem comum, da minha obrigação com o povo da cidade, mas, há também o direito dos funcionários que deve e precisa ser reconhecido e acatado".

Por isto, agora dentro do assunto, Deputado Manfrinato, por isto a matéria do Deputado Lindolfo Júnior, que autoriza ao Governo do Estado a fazer o que era de sua obrigação, de seu direito, de seu entendimento, se fosse lúcida a assessoria de Palácio, a matéria é de reposição das perdas salariais mês a mês.

Não pode ser diferente, num País com uma inflação como a de gente. Se arrocho salarial zerasse o déficit público, mais do que em tempo estaria este Brasil poderoso, e de não dever nada lá fora.

No entanto, vive este povo o arrocho salarial repetidas vezes e a inflação não diminui, e muito menos diminui o déficit público.

Quanto à sinceridade, este é o tema que me apaixona, a verdade e a política serão compatíveis ou não serão compatíveis?

Quando o povo saberá, quem tem máscara e quem tem seus próprios olhos?

Quem tem a alma cristalina?

Quem fala a verdade? Quem quer o progresso do povo e quem serve aos outros interesses?

Quando o povo saberá quem faz política para ser e quem faz política para ter para amearhar para si?

Sempre e toda vez que nas assembleias do povo o voto for o sufrágio universal limpo e desarmado, por isto eu peço à Assembleia que aceite o requerimento do Deputado Nelson Vasconcellos até como uma praxe usual, em todas as votações desta Casa: votação nominal, de cara limpa, na frente da platéia, na frente dos canhões novos, que são as câmeras de televisão, diante de todas as luzes, para que o povo saiba quem somos nós e como votamos nós. E para que acabe a prática velha de se jogar a política como um jogo de bastidores, um teatro de marionetes.

Mais do que nunca se obriga esta Assembleia, pela autoridade do discurso do Deputado Erondy Silvério, de votar favoravelmente ao requerimento do Deputado Nelson Vasconcellos fazendo votação transparente desta matéria.

Demais a mais não se iludam os Senhores, em nada vai mudar a não ser como uma advertência ao Palácio Iguazu a política salarial do Estado, porque é uma Lei Autorizativa, autoriza a repor as perdas salariais.

Não é um diploma de reposição. Infelizmente ainda permanece só no Executivo a função de governar e definir parâmetros salariais.

Mas, porque deve temer a Assembleia de ser exatamente aquilo para que foi criada, a consciência do governante.

Estamos nós aqui, no firme serviço da Oposição sincera e desarmada, para separar o lixo que não é lixo, e para mostrar que nada tememos, sobretudo neste momento tão grave da vida nacional, e de tantas famílias do Paraná, que servem ao Estado no serviço público.

Era isto.

O SR. NEREU MASSIGNAN - Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Nereu Massignan para encaminhamento de votação.

O SR. NEREU MASSIGNAN - Senhor Presidente, Senhores Deputados, o Deputado Erondy Silvério deu os dados de gastos públicos do Governo José Richa; em 83, dois bilhões e cento e cinquenta milhões; em 84, seis bilhões e setecentos e vinte milhões; em 85, doze bilhões e cento e setenta milhões de cruzeiros.

Eu quero cumprimentar o Deputado Erondy Silvério que tem informações concretas dos gastos de publicidade do Governo José Richa. Isto mostra...

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Pela ordem, Senhor Presidente.
(Assentimento).

Senhor Presidente, nós estamos discutindo o Projeto do Deputado Lindolfo Júnior. Eu acho que nós já até cansamos as galerias de ficar ouvindo aquilo que não está especificado no Projeto do Deputado Lindolfo Júnior. Eu solicito a V.Exa. que faça advertência, mais uma vez, ao orador que ocupa a Tribuna, que nós estamos discutindo sobre o salário dos funcionários públicos do nosso Estado.

O SR. NEREU MASSIGNAN - Nobre Deputado, eu acho que as galerias não estão cansadas porque o PMDB está ausente. V.Exa. deveria fazer um apelo à Bancada do PMDB que viesse votar o Projeto de aumento. Isto que V.Exa. devia fazer!

Prossigo, Senhor Presidente.

... mostra que o Governo José Richa foi transparente, que gastou em publicidade e publicou...

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Senhor Presidente, pela ordem.
(Assentimento).

Eu não posso admitir uma coisa dessa! Insiste novamente, o Deputado Nereu Massignan em fugir, exatamente da matéria que nós estamos votando, Senhor Presidente. O Deputado Nereu Massignan está levantando um defunto do Governo José Richa, do passado...

O SR. HAROLDO FERREIRA - Pela ordem, Senhor Presidente.
(Assentimento).

Eu gostaria que a Presidência garantisse o tempo ao Deputado Nereu que tem dez minutos para encaminhar a matéria e que não houvesse a interferência do Deputado Dirceu Manfrinato!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa solicita ao Deputado Nereu Massignan que se cinja à votação da matéria.

O SR. NELSON VASCONCELLOS - Questão de ordem, Senhor Presidente.
(Assentimento).

O Nobre Deputado Erondy Silvério teceu essas informações no encaminhamento desta matéria e não foi censurado pela Bancada do PMDB e nem pela Mesa. Então, eu acho que a liberdade do Deputado Nereu Massignan é usar os seus dez minutos porque ele está tecendo considerações para entrar no mérito da matéria. Nós pedimos a garantia da palavra ao nobre Deputado Nereu Massignan.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A palavra está garantida. Apenas a Mesa solicita ao orador que se cinja à votação da matéria, de acordo com o Regimento Interno.

O SR. NEREU MASSIGNAN - Eu me cingo ao assunto, porém, há um princípio elementar do direito que garante a defesa de quem foi citado e a Bancada Tucana foi citada. Eu dizia que o Governo José Richa foi transparente...

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Pela ordem, Senhor Presidente...

O SR. NEREU MASSIGNAN - ... Ora, V.Exa. quer implantar o AI-5, censura na Assembleia, nobre Deputado Dirceu Manfrinato. Seja democrata! Respeite a liberdade dos outros, nobre Deputado! V.Exa. se coloca como censor...

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Pela ordem, Senhor Presidente...

O SR. NEREU MASSIGNAN - ... V.Exa. não é o Delegado Faveto da Polícia Federal...
(Soam os Tímpanos).

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela ordem) - Eu respeito a solicitação do Deputado Nelson Vasconcellos. Eu apelo à Presidência que libere o histerismo do Deputado Nereu Massignan. Agora, eu vou também encaminhar a matéria e quero comunicar à Presidência que também fugirei do assunto, por que é um direito de defesa.
Muito obrigado.

O SR. NEREU MASSIGNAN - Histeria é o autoritarismo que V.Exa manifesta hoje nesta sessão. Eu vou prosseguir, Senhor Presidente...

O SR. JOSÉ FELINTO - Questão de ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Artigo a ser violado.

O SR. JOSÉ FELINTO - Artigo 98 do Regimento Interno desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não está sendo violado.

O SR. JOSÉ FELINTO - Eu coloco a V.Exa. que está sendo violado porque o orador está fugindo da matéria.

Eu acho que não é possível que essas pessoas aguardem mais para ser votado um assunto de interesse deles. Eu acho que o Deputado Nereu Massignan está tumultuando para que não se dê quórum. Agora já não temos mais quórum, quando tínhamos anteriormente. Eu vejo crianças aqui na galeria, portanto, deveria ser respeitado...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A palavra está com o nobre Deputado Nereu Massignan e a Mesa, durante os dez minutos que cada orador vai encaminhar a votação, vai deixar livre a palavra dentro do critério já estabelecido.

O SR. NEREU MASSIGNAN - Eu agradeço a V.Exa. pelo seu espírito democrático.

Prossigo, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Governo José Richa forneceu dados, em que mostra a transparência desse Governo. Sabe o Deputado Erondy, souberam os Senhores hoje, soube a galeria, quanto foi gasto com o Governo José Richa. O mesmo não se pode dizer do Governo Álvaro Dias. Diga-me, algum Deputado que defende o Governo, que sustenta esse Governo, quanto foi gasto em publicidade no Governo Álvaro Dias?

Eu desafio a Bancada do PMDB e o Deputado Erondy Silvério. Aonde está a transparência dos gastos de publicidade do Governo Álvaro Dias. No dia 12.05.89, requeiri, está aqui o requerimento protocolado, certidão dos gastos de publicidade do Governo Álvaro Dias. Até hoje não tive resposta e requeiri essa informação para instruir a Ação Popular.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela ordem) - Senhor Presidente, eu fui chamado novamente a depor. Não há nenhum dispositivo regimental sendo violado, mas eu só queria dizer a Vossa Excelência que eu não tive informações do Senhor Governador José Richa, nem do Senhor Governador Álvaro Dias. Acontece que eu analiso o orçamento do Estado e a prestação de contas porque é meu dever.

Eu pesquisei esses dados na prestação de contas do Governo José Richa.

(tumulto no plenário).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está com a palavra o Deputado Nereu Massignan.

O SR. NEREU MASSIGNAN - Senhor Presidente, Senhores Deputados eu queria dizer o

seguinte: isto aqui não é um programa de televisão. Isto aqui não é o programa do Chacrinha.

Na medida que foram levantadas questões que afetam o Governo José Richa, foram citadas as Bancadas "Tucanas" e outras Bancadas, eu tenho o direito de vir aqui tratar deste assunto. O assunto do funcionalismo está em pauta e vai ser votado. Agora eu quero alertar as galerias sobre o seguinte: se nós votarmos agora este projeto, não vai ter quórum para aprovar, porque a Bancada do PMDB está ausente.

Na medida que nós prorrogamos a sessão quem sabe a Bancada do PMDB se sensibilize e venha a plenário votar, não dê a condição pública de ausência.

Então, senhores funcionários públicos, é prudente que nós esperemos mais para ver se conseguimos o quórum com a presença da Bancada governista. Porque de nada adiantará votar, não chegamos ao quórum de 28 votos e os senhores saírem daqui frustrados.

Os senhores querem ver o projeto aprovado, para isso é necessário que a Bancada do PMDB, e aproveito para fazer um apelo, já que existem auto-falantes e som nos gabinetes, que desçam para o plenário, que venham dar o seu testemunho a favor do salário e contra a inflação e o arrocho salarial.

Então não tive resposta dos gastos de publicidade do Senhor Governador Álvaro Dias para instruir a Ação Popular. A lei dá o prazo de quinze dias, o requerimento é de 12 de maio de 1988 e até hoje tem um despacho aqui do Dr. Wagner B. Pacheco que diz que o tema está na justiça, aquela enrolação que todos nós sabemos.

Não há como sabermos os gastos de publicidade do Governo Álvaro Dias, porque não é um Governo transparente. Transparência é apenas o discurso.

Falar em transparência, o requerimento do Deputado Nelson Vasconcellos, quando pede a votação nominal, é um recado de transparência, porque Senhores Deputados, senhores funcionários públicos, com a votação nominal nós sabemos quantos Deputados estiveram na sessão, quantos votaram a favor, quantos votaram contra e quem foi omissão.

Por isso, tem procedência o requerimento do Deputado Nelson Vasconcellos.

Eu faço um apelo derradeiro ao PMDB, com as honrosas exceções da Deputada Vera, do Deputado Luciano, do Deputado Dirceu, do Deputado Erondy, do Deputado José Felinto, do Deputado Anibal, do Deputado Pirajá para que desçam ao plenário, venham dar quórum, venham votar, vamos à favor do salário, vamos contra o arrocho salarial, a favor da transparência, na votação nominal, na informação dos gastos com publici-

dade, na informação do Governo. Álvaro, abra as portas do Palácio! Mas, principalmente, abra o seu espírito democrático, se ainda o tem, se já não se transformou num defunto, para dialogar com os funcionários, para fazer do seu Governo um símbolo de transparência, mostre as dificuldades que tem, mas mostre com transparência, com dignidade, porque aí sim dá para conversar. Do jeito que Vossa Excelência está fazendo, com portas fechadas quando o funcionário vai ao Palácio, não tem nada de transparente, mas tem muito de autoritário, de governo isolado, de governo individualista. (PALMAS).

O SR. JOSÉ FELINTO - Senhor Presidente, o Deputado Nereu citou o nosso nome, e ele parece que já não enxerga mais bem porque eu estou sentado aqui e ele invocava que eu descesse do meu gabinete. Estou presente, Deputado Nereu.

O SR. NEREU MASSIGNAN - Eu citei o seu nome como presente. Vossa Excelência não está ouvindo bem, talvez ainda preocupado com a cassação da candidatura do Silvio Santos e do seu Partido.

O SR. JOSÉ FELINTO - Vossa Excelência está tonto pela derrota do tucano Mário Covas.

O SR. NEREU MASSIGNAN - Pelo contrário. Meu candidato foi muito bem votado. Vossa Excelência não teve nem essa oportunidade porque não tinha nem Partido para concorrer.

O SR. JOSÉ FELINTO - Vossa Excelência somou-se àqueles que queriam cassar o direito do cidadão de ser candidato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Eu espero que os Senhores Deputados já tenham terminado. Meu caro Presidente, Excelentíssimas Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, aos funcionários públicos do Paraná, não tenham dúvida que em alguns momentos vocês têm a oportunidade, estando nas galerias, participando de um dever até cívico, como responsáveis também da geração de recursos ao nosso Estado e acompanhando e fazendo uma avaliação de cada Deputado. Aqui eu sei que existe nas galerias alguns eleitores de alguns dos Senhores Deputados ou até das Senhoras Deputadas, e dá exatamente para se fazer uma avaliação naquele que vocês escolheram no dia 15 de novembro de 1986. Dá para fazer uma avaliação e encontrar um quadro talvez um pouco negativo, mas quero acreditar, mais positivo. O que nós não podemos é continuar neste País, nos estados brasileiros, é vivermos estes momentos de angústia, nestes momentos de

esperanças do amanhã. Aos pais, às mães que aqui estão, evidentemente os seus filhos aguardando o resultado pela palavra de vocês do que é que a Assembléia Legislativa, se votou ou não votou o projeto. Nós não podemos mais utilizar do cargo que honrosamente ocupamos, delegado pela população do nosso Estado para viver mais de demagogia, de inverdade, vendendo ilusões ao nosso povo. Hoje nós sentimos que está vindo um processo político neste país.

As mudanças já estão se refletindo através do tempo em que vivemos, também em períodos de dificuldades. E eu espero, meu caro Presidente Deputado Anibal Khury, Senhores funcionários públicos, que essa transformação ocorra, se Deus quiser, a partir do dia 17 de dezembro, seja quem for o vencedor das urnas.

A população está ansiosa para vivermos num Brasil de esperança e de futuro; e eu quero acreditar, seja quem for o vitorioso, que haverá mudanças para o bem-estar social da família brasileira. O que nós não podemos mais é ficar ouvindo certos discursos que não têm pé, que não têm cabeça e que não têm fim: é ouvindo discurso e falar dos gastos dos governos passados, do governo presente. Aqui estão os gastos da comunicação social do Governo Álvaro Dias, mas eu não vou me ater a isso, cabe aos Deputados denunciantes que requeiram à Comunicação Social do Governo, que constitucionalmente eles receberão também.

O que cabe aqui discutir é exatamente aquilo que interessa aos funcionários públicos que aqui estão presentes até um tanto cansados, de antes de ontem, de ontem e de hoje e assistir às mesmas cenas da demagogia, da inverdade, que nada resulta naquilo que vocês querem.

O SR. JOSÉ FELINTO - (Pela Ordem) Senhor Presidente, art. 25.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Não conheço este artigo.

O SR. JOSÉ FELINTO - Vossa Excelência precisa ler o Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Eu estou prático neste Regimento Interno. Vossa Excelência pode falar.

O SR. JOSÉ FELINTO - Eu gostaria de fazer um apelo ao Deputado Dirceu Manfrinato que tanto se preocupa com o funcionalismo público, que a gente pudesse até encerrar a discussão para votar e assim estaremos dando uma contribuição para o funcionalismo.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Eu farei, Senhor Presidente, em respeito aos funcioná-

rios.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Peça à Bancada que venha, por favor, Deputado Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Eu estou regimentalmente amparado, Deputado Lindolfo Júnior. Vossa Excelência já está se preocupando porque as galerias estão se esvaziando.

Eu quero concluir - e se houver insistência, eu permaneço no horário regimental, dizendo que não sou contra o aumento dos funcionários públicos do Paraná, tanto é que votei aqui no requerimento do Deputado José Felinto que o abono de 300 fosse para 900. O que quero é que os funcionários tenham ciência, e os Senhores haverão de se lembrar, por que voltarão às galerias deste plenário; porque se este Projeto for votado hoje, - o que eu não acredito porque nós só temos aqui 24 Deputados, - será vetado pelo Governador do Estado, e mais uma vez vocês estarão iludidos por esses Deputados que querem apenas se promover com projetos inconstitucionais enganando a consciência de vocês. Votei contra ontem e voto contra pela inconstitucionalidade do Projeto porque um Deputado que participou de uma Constituinte, em respeito a todos aqui, não pode votar um Projeto, sabendo que é inconstitucional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Em votação o requerimento pedindo votação nominal. Os Deputados que aprovam o requerimento conservem-se como estão. Aprovado. Vai-se proceder à votação nominal. O Sr. 1º Secretário fará a chamada nominal para a aprovação do Parecer do Relator, Deputado Lindolfo Júnior. Os Deputados que aprovam o Parecer dirão sim e os que não o aprovam dirão não.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Procede à votação nominal).

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Votaram vinte e sete Senhores Deputados.

Vinte e seis aprovando o parecer do Deputado Lindolfo Júnior e um contrário. Está aprovado o projeto.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Tem a palavra o Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Senhor Presidente, na minha conferência deu vinte e cinco votos e o meu contra. O que me consta, regimentalmente, é que precisa de 28 votos para ser aprovado. Gostaria que

Vossa excelência justificasse isso.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Vou justificar. É maioria simples.

Não se trata de matéria de maioria absoluta.

O SR. DIRCEU MANFRINATO -. Gostaria que Vossa Excelência me dissesse de cinquenta e quatro Deputados quanto é maioria simples?

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Votaram 27 Senhores Deputados. Vinte e seis

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) ... Vinte e seis "não" e um "sim".

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Solicito verificação de votação. Acho que houve um engano.

Senhor Presidente, com todo o respeito que tenho por Vossa Excelência, pelo Primeiro Secretário, eu acompanhei a votação e acho que houve um lapso por parte da Mesa.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa está conferindo.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Não quero pôr dúvida na idoneidade da Mesa.

O SR. ALGACI TÚLIO - Solicito para que se faça uma nova votação.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Vossa Excelência não tem o direito de duvidar do Primeiro Secretário, nem do Deputado. Estamos conferindo e após esta conferência vamos declarar o resultado.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Pela Ordem, tem a palavra o Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Senhor Presidente, temos notado uma prática neste Parlamento que quando um Deputado chega posterior à votação, ele pode votar. Neste momento Deputado Raul Lopes acaba de chegar ao recinto. O Deputado Artagão Mattos Leão também. Portanto, já procede esta prática, Senhor Presidente.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Não procede, já foi votado. Pode ter chegado quem for. Já foi votado. Agora, só estou pedindo a conferência de votos.

O SR. ALGACI TÚLIO - Quando ao PMDB quer,

esta prática serve.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Conferência de votos. O parecer está aprovado. (Palmas e manifestação das galerias).

A Mesa pede às galerias que aguardem. Vamos votar agora o projeto. Em votação.

O SR. PEDRO TONELLI - Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores funcionários públicos.

Sei que já estão cansados de esperar. Mas vamos ter que esperar mais um pouco e eu não sei até quando. Temos que sair daqui sabendo claramente o posicionamento dos órgãos públicos, das pessoas que têm responsabilidade pública, que receberam o voto do povo, que administram o dinheiro do povo. Temos que ter clareza. E quero comunicar, Senhores funcionários públicos, que estou acompanhando de perto e nós, logo, logo, vamos perceber que o culpado maior por não resolver a crise que existe entre o funcionalismo público, logo, logo, é preciso que fique claro para todos aonde está a cabeça que cria o arrocho e que tem poder para resolver e não resolve.

Na sessão de ontem abriu-se a possibilidade deste Parlamento se comprometer na intermediação das negociações.

Hoje pela manhã, apesar de não ter sido comunicado o horário da audiência com Sua Excelência o Governador, apesar das escusas do Líder do Governo eu não admito que se continue golpeando, escolhendo parceiros para ir ao Palácio louvar o príncipe. Fiquei sabendo, através de deputados que estiveram no Palácio, e lamentavelmente comunico de que as negociações de Parlamentares que assumiram compromisso público e que estão tentando buscar as negociações, pouco evoluiu. A desculpa do Senhor Governador, foi a desculpa de sempre. Que as finanças públicas do Estado do Paraná não comportam atender as reivindicações básicas do funcionalismo. Diz Sua Excelência o Governador que as finanças não comportam estabelecer uma política salarial; uma política salarial digna; uma política salarial de acordo com o IPC. Resiste Sua Excelência o Governador da impossibilidade de repor as perdas que já ultrapassam 203% neste período ora em discussão, enquanto o Poder Executivo oferece apenas 85%.

Estou de posse, Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores funcionários, de um estudo, de uma análise das finanças

públicas do Estado do Paraná. E o argumento de Sua Excelência o Governador não é verdadeiro.

Uma análise com dados oficiais oriundos da Secretaria das Finanças dão conta de que o que o Governador alega não é verdade. Esse estudo revela que nos últimos anos a economia paranaense cresceu. A receita do Estado não evoluiu na mesma intensidade da economia. Isso quer dizer que não é culpa dos funcionários que a arrecadação não cresceu tanto quando a economia do Estado.

De 1970 para cá, temos um gráfico crescente na economia do Paraná, enquanto que as finanças não. Essa relação vem se reduzindo gradativamente porque em 1970 a carga tributária era de 6,7% e do ICM era de 6,2%. E essa relação agora vem se reduzindo até atingir 4,2% do crescimento da economia e 4,0% em 88 a arrecadação. Isso significa dizer que, em relação a 1970 o Governo do Estado perdeu 37% de carga tributária. Isso é incompetência do Governo e não culpa do funcionalismo.

De 70 para 88 a receita tributária do Estado cresceu 90% em termos reais, isto é, descontada a inflação. E a do ICM 97%, enquanto o Produto Interno Bruto - PIB cresceu 204%.

A evolução das despesas com pessoal Senhor Presidente, Senhores Deputados, nos revela que no início dos anos 70 os gastos com pessoal da administração direta representavam 84% do total daquelas despesas e as transferências a pessoas apenas 16%.

Em se houve uma inversão destes gastos com pessoal, 48 destinam-se à administração direta, 26 são transferências a pessoas e 26% transferências para o pagamento de pessoal da administração indireta.

Em 88, observa-se, proporcionalmente o menor gasto com despesas de pessoal durante toda a administração direta de 70 para cá. Por isso não é culpa da Folha de Pagamento que o Estado do Paraná está nesta situação.

Uma análise desses números demonstra que as despesas com o pessoal inativo, pensionista representa 59% dos gastos de pessoal e em cargos de ativos em 88, provavelmente não resistindo a um cálculo atual, portanto faz-se necessário rever todo o sistema de pessoal inativo do Estado aprofundando-se o conhecimento sobre a estrutura de salários de pessoal inativo e a sua relação com o pessoal ativo.

Outro item cujo crescimento vem absorvendo uma parcela cada vez maior é a dívida, interna e externa, os serviços da dívida.

Em 71, Senhor Presidente, Senhores Deputados, era de 6,4 de toda a receita tributária do Estado, agora em 88, salta para mais de 30% de toda a receita tributária

do Estado. Aí é que está a culpa, aí é que o Governador se desculpa, gasta com o endividamento desnecessário, muitas vezes condenado por nós, neste parlamento, e depois impõe arrocho na Folha de Pagamento do funcionalismo público estadual. Por isso se nós analisarmos o comportamento da receita do Estado nós vamos chegar à conclusão que o Governador do Estado que o Governo está mentindo para os funcionários públicos e está culpando aqueles que não têm culpa pela situação de ingovernabilidade que está chegando o Estado do Paraná, além do que já foi denunciado aqui, os gastos com publicidade que são desnecessários na sua maioria, os gastos com investimentos lotéricos, com obras faraônicas, nós temos dentro do orçamento a destinação de recursos para pagar uma dívida que não beneficia o povo do Paraná que não beneficia o funcionário público.

Portanto, este Parlamento tem que mostrar aqui mais uma vez, aprovando o Projeto autorizatório do Deputado Lindolfo Júnior, que nós queremos corrigir as defasagens salariais, que nós queremos uma política salarial condizente com a inflação vigente e nós queremos que não seja isso colocado na folha de pagamento dos funcionários públicos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai-se proceder à chamada nominal dos Senhores Deputados.

Os senhores Deputados que aprovam o Projeto, com parecer favorável da Comissão Geral votarão SIM, e os que não aprovam, responderão NÃO.

(É feita a chamada nominal dos Senhores Deputados, para votação nominal).

O SR. ANTÔNIO COSTENARO NETO - Eu quero justificar o meu voto. Embora eu entenda que esse Projeto - com todo o respeito que eu tenho pelo Deputado Lindolfo Júnior, não passa de um Projeto demagógico. O projeto é apenas autorizatório, e não acredito que o Governo vá atender esse Projeto, mas em defesa dos interesses do funcionalismo público e do bem-estar do Paraná, eu voto SIM.

Continua sendo feita a chamada nominal dos Senhores Deputados, para votação nominal).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vinte e três Senhores Deputados responderam SIM, um Deputado respondeu NÃO.

Não há quorum para votação. Transfiro a votação da matéria para a sessão de amanhã.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - (Pela Ordem) Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - (Pela Ordem).

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Nereu Massignan.

O SR. NEREU MASSIGNAN - Já há um precedente na Assembléia nas votações nominais anteriores, quando se constava a presença numa votação nominal anterior, valia para efeito de quorum, conforme o próprio Regimento Interno assim proclama e Vossa Excelência firmou jurisprudência naquelas questões anteriores. Eu pondero a Vossa Excelência e levanto essa questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não há questão de ordem a ser decidida porque votou-se primeiramente o parecer e agora o Projeto. Se fosse votação do Projeto, aí sim Vossa Excelência teria razão. Segue-se a sessão sem quorum para votação.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 165/89, de autoria do Deputado Eduardo Baggio, que acresce parágrafo e itens à Lei n° 1211 de 16 de setembro de 1953. Com Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.O.P.T.C. e C.C.E., por unanimidade. **Encerrada a discussão.**

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 180/89, de autoria do Deputado Namir Piacentini, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor José Aroldo Gallassini. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. **Encerrada a discussão.**

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 242/89, de autoria do Deputado Valderi Vilela, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Dário Veloso- APM, com sede e foro no Município de Bandeirantes. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. **Encerrada a discussão.**

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 42/89, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de Iguaraçu, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Ângulo. **Encerrada a discussão.**

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n°

49/89 (Mensagem n° 62/89- ex-Proposição n° 54/89), oriundo do Parecer Favorável da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova os Termos Aditivos e de Revigoração de Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Fazenda e os Municípios que especifica, objetivando a construção de prédios destinados às Agências de Rendas do Estado, nas datas em que especifica. **Encerrada a discussão.**

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 52/89 (Mensagem n° 61/89- ex-Proposição n° 53/89), oriundo do Parecer Favorável da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova os convênios celebrados em 17 de julho de 1989, entre o estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e sua Superintendência de controle da erosão e Saneamento Ambiental - SUCEAM, e os municípios que especifica, objetivando a execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana nos respectivos municípios. **Encerrada a discussão.**

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a Mesa, requerimento de n° 2603, de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2595, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2594, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. **Encerrada a discussão.**

Requerimentos de n°s 2606, 2607, 2608, 1609, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. **Encerrada a Discussão.**

Requerimentos de n°s 2605, 2604, 2602, de autoria do Senhor Deputado Luciano Pizzatto, constante do expediente. **Encerrada a discussão.**

Requerimentos de n°s 2610, 2611, 2612, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Encerrada a discussão.**

Requerimentos de n°s 2618, 2619, 2620, de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de n° 2630, de autoria do

Senhor Deputado José Felinto, constante do expediente. **Atenda-se Administrativamente.**

Requerimentos de n° 2621, 2631, de autoria do Senhor Deputado José Felinto, constante do expediente. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de n° 2597, de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de n° 2617, de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente. **Encerrada a discussão.**

A Mesa, decidindo a questão de ordem, do Deputado Haroldo Ferreira, decide: comunicar ao Plenário que em decorrência de requerimento do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, os trabalhos da CPI da SUDS teve seu prazo encerrado na data de 18 do corrente e declara extinta a Comissão de Inquérito.

A Mesa convida os Senhores Deputados para a inauguração da agência do Bamerindus nesta Casa, 4° andar.

A Mesa comunica a reabertura de prazos para a apresentação de emendas ao Projeto de Orçamento, cujo o prazo encerrar-se-á às 22:00 horas do dia 27.11.89, começando amanhã o prazo para apresentação de emendas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 23, à hora regimental, com a seguinte:

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 165/89, 180/89 e 242/89, e dos Projetos de Resolução n°s 42/89, 49/89, e 52/89.

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 305/89.

3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 317/89, 318/89, 319/89 e 320/89, e do Projeto de Resolução n° 67/89.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 298/89, e dos Projetos de Resolução n° 68/89 e 70/89.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 190/87 e 329/89.

Levanta-se a sessão.